

# ANARQUISMO, MARXISMO E AS LIÇÕES DA COMUNA DE PARIS<sup>1</sup>

Iain McKay

*Em 17 de março, o governo comunista completou sua “vitória” sobre o proletariado de Kronstadt e em 18 de março celebrou os mártires da Comuna de Paris. Estava evidente para todos que foram testemunhas mudas do ultraje cometido pelos bolcheviques que o crime contra Kronstadt era muito mais gigantesco do que o massacre dos Communards, em 1871, pois aquele foi feito em nome da Revolução Social, em nome da República Socialista.*

Emma Goldman<sup>2</sup>

Há algumas coisas certas acerca da leitura de livros de história. A primeira, e mais óbvia, é que você geralmente sabe como termina (mal, no caso da Comuna de Paris). O que importa é o que você aprende com os eventos discutidos. Segundo, quando é uma abordagem marxista, é garantido que ela irá (no melhor dos casos) ignorar ou (no pior dos casos) distorcer o envolvimento anarquista na análise dos eventos. Nesse sentido, a abordagem leninista de Donny Gluckstein acerca da Comuna de Paris<sup>3</sup> não desaponta: ele tanto ignora aspectos chave da crítica anarquista *quanto* distorce as partes que trata.

A Comuna de Paris é uma influência significativa para todos os revolucionários socialistas, anarquistas, assim como marxistas. Isto deve ser bem reconhecido em círculos libertários, então, não há necessidade de discutir sua história em qualquer medida. Não só havia “entre os *communards* anarquistas e sindicalistas de diversos tipos”<sup>4</sup>, como Mikhail Bakunin e Piotr Kropotkin viram a Comuna de Paris como uma notória confirmação (tanto no sentido positivo quanto no negativo) das ideias anarquistas. Karl Marx produziu seu clássico *Guerra Civil em França* imediatamente após a queda da Comuna e adicionou o que ele considerou suas lições chave – “a classe trabalhadora não pode simplesmente se apossar da máquina estatal automaticamente e

---

1 Este é o texto integral originalmente publicado em três partes na revista *Anarcho-Syndicalist Review*, em 2021, dedicados a marcar o aniversário de 150 anos da Comuna de Paris. **Tradução: Ivan Thomaz Leite de Oliveira. Revisão: Claudio Ricardo Martins dos Reis.**

2 GOLDMAN, Emma. *My Disillusionment in Russia*. New York: Thomas Y. Crowell Co., 1970, p. 199.

3 GLUCKSTEIN, Donny. *The Paris Commune: A Revolutionary Democracy*. London: Bookmarks, 2006.

4 COLE, G.D.H.. *A History of Socialist Thought*. London: MacMillan, 1961, 2: p. 167.

manejá-la para seus propósitos”<sup>5</sup> – ao prefácio seguinte do *Manifesto Comunista*. Lenin as colocou como o coração do seu *Estado e Revolução* e proclamou que enquanto os “anarquistas tentaram reivindicá-la” [a Comuna] como “uma corroboração de sua doutrina” na realidade eles “compreenderam completamente errado suas lições e a análise de Marx dessas lições”.<sup>6</sup> Mais recentemente, o leninista Paul Blackledge utilizou esta obra para sugerir que “o problema para Bakunin era que Marx estava palpavelmente correto” na medida em que “a Comuna era uma nova forma de governo e, de fato, uma nova forma de Estado” e, assim, Kropotkin teria produzido “uma crítica imanente à análise de Bakunin da Comuna de Paris”.<sup>7</sup> Nós usaremos o livro de Gluckstein como forma de explorar as lições da Comuna, para mostrar como as ideias anarquistas são distorcidas e como a interpretação marxista padrão que ele sistematiza é falha. Isto reafirmará as influências anarquistas na Comuna, o lugar da Comuna no anarquismo e a crítica anarquista sobre ela. Também mostraremos como são implausíveis as tentativas leninistas de apropriarem-se dela para sua tradição, pois ao mesmo tempo que Gluckstein (2006, p. 53) saúda a Comuna por introduzir o “controle operário da produção” e a “democracia desde baixo”, ele falha em mencionar o inconveniente fato dos bolcheviques terem abolido ambos.

## **PROUDHON, MARX E EXPLORAÇÃO**

Enquanto Marx, em *A Guerra Civil em França*, falha em mencionar quaisquer influências intelectuais sobre a Comuna, apresentando-a como algo que apareceu do nada, Gluckstein (2006, p. 85) corretamente aponta que “com todas as suas ideias ousadas e progressistas” ela não “foi escrita em uma folha em branco”. Ele segue a maioria dos historiadores da Comuna dividindo as influências políticas dela em três: Jacobinos, Blanquistas e Proudhonianos. Os primeiros eram republicanos radicais, inspirados pelos Jacobinos da Grande Revolução Francesa, e buscavam primariamente a mudança política, com a questão social a ser tratada depois. Os Blanquistas seguiam seu herói de mesmo nome, Louis Auguste Blanqui, a favor de um partido de revolucionários profissionais que tomaria o poder em um golpe e implementaria o socialismo de cima para baixo. Os Proudhonianos eram inspirados pelo socialismo federalista de Pierre-

---

5 MARX, Karl; ENGELS, Frederick. On the Paris Commune. Moscow: Progress Publishers, 1971, p. 270.

6 LENIN, Vladimir. Collected Works 25, p. 481.

7 MCKAY, Iain. Freedom and Democracy: Marxism, Anarchism and the Problem of Human Nature. In: PRICHARD, Alex; KINNA, Ruth; PINTA, Saku; BERRY, David (eds.). *Libertarian Socialism: Politics in Black and Red*. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2012, p. 26-28.

Joseph Proudhon, as primeiras pessoas a chamarem a si mesmos como anarquistas, e eram um grupo misto que Gluckstein corretamente divide em alas à direita e à esquerda.

Nem precisaria ser dito que a Comuna foi fortemente influenciada pelas ideias de Proudhon, e o melhor que se pode dizer da abordagem de Gluckstein (2006, p. 82) é que pelo menos ele reconhece isto – afirmar que Marx “desempenhou um papel significativo” na Primeira Internacional, diz ele, “não significa, entretanto, que a seção francesa era cheia de marxistas. Aqui os Proudhonianos eram a corrente mais influente”. No entanto, sua discussão sobre as ideias de Proudhon é uma caricatura. Para ser generoso, ela simplesmente repete as análises marxistas padrão das ideias do francês. Portanto sua abordagem não está quebrando as barreiras da distorção. Considerando o quão regulamente esta bobagem é repetida, vale a pena contrastar a abordagem de Gluckstein com o que o “pai do anarquismo” realmente defendeu.

A habitual equação leninista de uma economia de mercado com capitalismo é repetida, com Gluckstein (2006, p. 72) afirmando que as “críticas de Proudhon às falhas da sociedade capitalista eram precisas” mas ele “não recusou o sistema de mercado como um todo”. Confundir capitalismo com mercado permite apresentar Proudhon como um defensor do trabalho assalariado e afirmar que ele sustentou que as trocas de mercado sob o capitalismo são baseadas na liberdade e na igualdade. “Por conseguinte, uma vez que vender a força de trabalho era por si só uma forma de operação comercial, quando empregados iam trabalhar para seus patrões eles não estavam sendo explorados porque ‘o trabalho de qualquer homem pode comprar o trabalho que ele representa’”.

Significativamente, Gluckstein cita Marx citando (erroneamente) Proudhon. De fato, ele raramente cita Proudhon diretamente, sugerindo uma falta de familiaridade com o material fonte, pois se ele estivesse minimamente familiarizado com as ideias de Proudhon, saberia que os anarquistas explicam como a propriedade – trabalho assalariado – “viola a igualdade por meio do direito de exclusão e crescimento, e a liberdade pelo despotismo”, resultando na exploração do operário pelo capitalista que o emprega.<sup>8</sup> Ironicamente, na passagem que Marx arranca de contexto e que Gluckstein regurgita, Proudhon está provocando os economistas burgueses acerca do porque a mais-valia produzida pelo trabalho não era usufruída pelos operários que a produziram:

---

8 PROUDHON, Pierre-Joseph. Property is Theft! A Pierre-Joseph Proudhon Anthology. Iain McKay (ed.). AK Press, 2011, p. 132.

Por que os economistas, se, como parece, acreditam que o trabalho de cada um deve deixar um excedente, não usam toda sua influência para espalhar essa verdade, tão simples e tão iluminada: O trabalho de cada homem deve comprar somente o valor que ele contém, e este valor é proporcional aos serviços de todos os outros trabalhadores?<sup>9</sup>

Proudhon explica porque isto não ocorre sob o capitalismo, como vendendo seu trabalho e o produto dele garante-se que os trabalhadores sejam explorados por seus patrões, como é o trabalho assalariado que produz esse resultado. Então se a “troca de bens através de um sistema de mercado” era para Proudhon “fundamentalmente justa”, isto *não* implica que “a venda do trabalho seja uma forma de operação comercial, onde os empregados... não estivessem sendo explorados”. Mostrando sua completa ignorância no assunto, Gluckstein afirma que “Karl Marx, que estudou o trabalho de Proudhon cuidadosamente, teve uma análise muito diferente que colocou a exploração no próprio coração do processo produtivo capitalista” (GLUCKSTEIN, 2006 p. 72). Na realidade, Proudhon argumentou que era esse o caso de 1840 em diante. Ele estava perfeitamente ciente que os trabalhadores produziam um valor maior do que recebiam em salário:

Quem quer que trabalhe se torna proprietário... eu não quero dizer simplesmente (como fazem nossos economistas hipócritas) proprietário de seu rendimento, de seu salário, de seu soldo, – eu quero dizer proprietário do valor que cria e com o qual o patrão lucra sozinho... o trabalhador mantém, mesmo depois de ter recebido seus salários, um direito natural de propriedade sobre a coisa que ele produziu.<sup>10</sup>

Compare isso à abordagem “marxista” que Gluckstein (2006, p. 72) apresenta, na qual o trabalhador “normalmente criará durante um dia de trabalho mais valor do que seu salário diário com o qual o capitalista comprou a sua força de trabalho. Neste ponto, Marx estava reproduzindo Proudhon mais do que apresentando uma análise diferente.

Eu demonstrei que cada trabalho deve deixar um excedente; de modo que, supondo que o consumo do trabalhador permaneça constante, seu trabalho deve criar, além de sua subsistência, um capital sempre maior. Sob o regime da propriedade, o excedente de trabalho, essencialmente coletivo passa inteiramente... ao proprietário.<sup>11</sup>

---

9 PROUDHON, 2011, p. 178.

10 PROUDHON, 2011, p. 114.

11 PROUDHON, 2011, p. 253.

Isso é obviamente uma teoria da mais-valia sendo gerada na produção, como reconhecido por marxistas mais informados, como John Enrenberg que aponta que as ideias de Proudhon “antecipa[ram] o que Marx e Engels chamariam mais tarde de apropriação da mais-valia”.<sup>12</sup> Isto é parte da razão por que “a propriedade é um roubo”, sendo a outra que a apropriação dos meios de vida por poucos colocou o restante na posição de ter que vender seu trabalho (e também seu produto) para os primeiros. (“Nós que pertencemos à classe proletária: a propriedade nos excomunga!”).<sup>13</sup> Assim, o roubo da terra e locais de trabalho necessários a todos para produzir e viver permitiu o roubo, por parte do proprietário, do produto e do excedente criado pelo trabalho.

Talvez sem surpresa, Gluckstein falha em mencionar uma parte essencial da análise de Proudhon, nomeadamente seu conceito de “força coletiva”. Esta era “uma das razões que Proudhon havia dado para rejeitar” a propriedade, que “esforços coletivos produziam um valor adicional” que era “injustamente apropriado pelo *proprietaire*”.<sup>14</sup> Edward Hyams, a quem Gluckstein cita para apoiar sua abordagem incorreta, sintetiza isto suficientemente bem, mesmo que não tenha utilizado o termo: “O proprietário (capitalista)... trai [seus trabalhadores] abominavelmente: pois ele não paga nada por seu esforço coletivo, somente pelo esforço individual de cada”.<sup>15</sup> Isto está na página *anterior* a que Gluckstein (2006, p.72) cita do livro de Hayman: assim como a noção de que Proudhon pensava que “o crime [de roubo] não ocorria no processo de trabalho”. Marx, incidentalmente, repetiu a análise de Proudhon sobre o papel da “força coletiva” em *O Capital*, essencialmente da mesma maneira, mas sem o reconhecimento.<sup>16</sup>

Gluckstein (2006, p. 73) explica a teoria “marxista” da exploração em termos da “diferença entre o valor criado pela força de trabalho uma vez posta a trabalhar e o próprio valor da força de trabalho”. Ainda assim, Proudhon levantou essa questão em 1846, quando notou que o trabalho “é uma coisa vaga e indeterminada por sua natureza, mas qualitativamente definida pelo seu objeto – isto é, ele se torna realidade através de seu produto”.<sup>17</sup> Marx, ironicamente, “fez comentários depreciativos sobre esta

---

12 EHRENBURG, John. Proudhon and His Age. New York: Humanity Books, 1996, p. 55.

13 PROUDHON, 2011, p. 103.

14 VINCENT, K. Steven. Pierre-Joseph Proudhon: the Rise of French Republican Socialism. Oxford University Press, 1984, p 64-65. A visão do próprio Proudhon pode ser encontrada em O que é a Propriedade? (PROUDHON, 2011, p. 117-118, 212-213). E é repetida em obras subsequentes, inclusive em *Sistema das Contradições Econômicas*.

15 HYAMS, Edward. Pierre-Joseph Proudhon: His Revolutionary Life, Mind and Works. London: John Murray, 1979, p. 43.

16 MARX, Karl. Capital: A Critique of Political Economy. Penguin Books, 1976, I: p. 451.

17 PROUDHON, 2011, p. 176-177.

passagem”, mesmo assim ela “antecipou uma ideia que Marx estava para desenvolver como um dos elementos chave no conceito de *força de trabalho*, em outras palavras, como uma *mercadoria*, o trabalho não produz nada e existe independentemente de e anteriormente ao exercício de seu potencial de produzir valor como trabalho *ativo*”.<sup>18</sup> Ao passo que Marx é citado com o “despotismo do capital sobre o trabalho” de 1871, Gluckstein, contudo, falha em mencionar “a propriedade é despotismo” do Proudhon de 1840.<sup>19</sup> Isto é uma pena, porque foi este despotismo que permitiu que a exploração ocorresse enquanto os trabalhadores “vendiam seus braços e se separavam de sua liberdade” quando eles se tornaram empregados.<sup>20</sup> Proudhon, então, estava perfeitamente ciente da natureza opressiva do trabalho assalariado:

Assim, a propriedade, que deveria nos tornar livres, nos torna prisioneiros. O que estou dizendo? Ela nos degrada, fazendo de nós servos e tiranos um do outro.

Você sabe o que é ser um trabalhador assalariado? Trabalhar sob um patrão, vigilante de seus preconceitos muito mais do que de suas ordens... não ter nenhum pensamento por conta própria... não conhecer nenhum estímulo além do pão de cada dia e o medo de perder seu emprego!

O trabalhador assalariado é um homem a quem o proprietário que contrata seus serviços dirige o seguinte discurso: o que você tem que fazer não diz respeito a você de forma nenhuma: você não controla isto.<sup>21</sup>

Além disso, ele relaciona o crescimento da desigualdade à exploração produzida pela relação hierárquica criada no local de trabalho capitalista:

Eu mostrei o empresário, no nascimento da indústria, negociando em igualdade de termos com seus camaradas, que se tornaram, a partir de então, seus trabalhadores. Está claro, na verdade, que essa igualdade original estava prestes a desaparecer por meio da posição vantajosa do patrão e da dependência dos trabalhadores assalariados.<sup>22</sup>

Proudhon claramente vê a exploração acontecendo no local de trabalho e assim sua “posição de que a propriedade é roubo coloca um antagonismo fundamental entre produtores e proprietários no coração da sociedade moderna. Se os produtores diretos são a única fonte de valor social que os proprietários do capital estão explorando, então

---

18 OAKLEY, Alan. Marx' Critique of Political Economy: intellectual sources and evolution, 1844 to 1860. Routledge & Kegan Paul, 1984 1: p. 118.

19 PROUDHON, 2011, p. 133.

20 PROUDHON, 2011, p. 212.

21 PROUDHON, 2011, p. 248-249.

22 PROUDHON, 2011, p. 192.

a exploração deve ser a causa fundamental da... desigualdade”.<sup>23</sup> De fato, ele relaciona sua análise de como a exploração ocorre dentro da produção – pela apropriação da “força coletiva” pelo capitalista – com seus chamados tanto para a associação (“Em virtude do princípio da força coletiva, os trabalhadores são iguais e associados de seus líderes”<sup>24</sup>) quanto para a socialização (“Todo trabalho humano sendo resultado da força coletiva, torna toda propriedade, pela mesma razão, coletiva e indivisível”).<sup>25</sup>

Gluckstein (2006, p.75) reconhece, de passagem, a verdadeira posição de Proudhon apontando que os grandes capitalistas “deveriam ser excluídos da produção de mercadorias através do mutualismo, ou cooperativas operárias”. Se Proudhon realmente pensava que a exploração não acontecia no local de trabalho então porque ele defendia cooperativas? Por que ele argumentou consistentemente pela abolição do trabalho assalariado? Simplesmente porque, ao contrário do que sugere Gluckstein, Proudhon sabia que a “democracia industrial”, na qual “todas as posições são eletivas, e os estatutos sujeitos à aprovação dos membros”, poderia garantir que “a força coletiva, que é um produto da comunidade, deixe de ser uma fonte de lucro para um pequeno número de gestores” e se torne “propriedade de todos os trabalhadores”. Assim “associações de trabalhadores... são cheias de esperança tanto como um protesto contra o trabalho assalariado, quanto como uma afirmação de *reciprocidade*” e sua importância repousa “na negação do regime capitalista”. Seu objetivo era “parar a exploração capitalista e latifundiária em toda parte, abolição do trabalho assalariado, trocas igualitárias e justas garantidas”.<sup>26</sup> Mesmo uma consciência básica dessas ideias teria sido suficiente para reconhecer que a alegação de Gluckstein (2006, p. 72) de que, para Proudhon, a exploração “não ocorre no processo de trabalho” então “ela deve vir de fora das relações comerciais ou capitalistas, através da força e da fraude” é bobagem. A noção de que Proudhon não era contra o trabalho assalariado simplesmente não pode se sustentar mesmo diante de uma visão superficial de sua obra.<sup>27</sup>

---

23 ENRENBURG, 1996, p. 56.

24 PROUDHON, Pierre-Joseph. *Système des contradictions économiques ou Philosophie de la misère*. Paris: Guillaumin, 1846, I: p. 377.

25 PROUDHON, 2011, p. 137.

26 PROUDHON, 2011, p. 610, 586, 558, 596.

27 Proudhon se opôs ao comunismo e, dessa forma, como Kropotkin discutiu em “O sistema de salários coletivista” em *A Conquista do Pão* e em outros escritos, era a favor do sistema de salário (isto é, distribuição por contribuição não por necessidade), mas isto não é o mesmo que apoiar que os trabalhadores vendam sua força de trabalho a um patrão.

## PROUDHON E O SOCIALISMO ASSOCIATIVO

Como Marx<sup>28</sup>, Proudhon estava perfeitamente ciente de que o “sistema de mercado” não era igual à capitalismo, que a “sociedade capitalista” era marcada pelo trabalho assalariado e que tal sistema econômico não era o fim da evolução social.<sup>29</sup> Como Marx, ele repetidamente clamou pela abolição do trabalho assalariado (daí seu consistente apoio às cooperativas).

Gluckstein (2006, p. 197-198) mascara isto com sua abordagem errônea do Socialismo Associativo então predominante dentro do movimento operário francês. Ele anseia em atribuir a ideia de socialismo baseado em cooperativas à Louis Blanc, que ele alega ter sido quem “originalmente promoveu” esta ideia. Suas ideias eram “atrativas para pessoas em pequenas oficinas que operavam com maquinário mínimo”, pois nestes casos era superficialmente plausível que as cooperativas “pudessem vencer competindo com o sistema capitalista”. Isto é descartado como “reformismo clássico” e condenado ao fracasso devido ao “desenvolvimento industrial [ter] tornado impossível vencer a competição com o capitalismo”. Marx é citado com aprovação indicando que um “governo operário” era necessário para alimentar uma produção nacional baseada em um plano comum.

Isto é errado por três razões. A primeira é que Blanc não pensava que as cooperativas por si mesmas poderiam vencer a competição com o capitalismo. Ele tinha a opinião de que era “necessário usar a totalidade do poder do Estado” para alcançar a organização do trabalho porque “o que falta para os proletários se libertarem são as ferramentas de trabalho” e “isto o governo deve fornecer para eles”. O Estado “deve se colocar resolutamente à frente da indústria” e “deve se constituir, eventualmente, como mestre da indústria e no lugar do monopólio nós obteremos... associação”.<sup>30</sup> É estranho que Gluckstein pareça não saber a real posição de Blanc, como é bem estabelecido na literatura secundária. Ainda mais se ele teve que consultar os escritos de Proudhon, ele teria descoberto uma crítica repetitiva ao sistema de Blanc porque era governado e financiado pelo Estado. Esta forma centralizada de associação foi denunciada como uma

---

28 “Vamos supor que os próprios trabalhadores estão com a posse de seus respectivos meios de produção e trocam suas mercadorias uns com os outros. Estas mercadorias não podem ser produto do capital” (MARX, 1976, 3: p. 276).

29 “O período pelo qual nós estamos passando agora – o do maquinário – é distinto por uma característica especial: TRABALHO ASSALARIADO”. Ele denuncia “o vício radical da economia política”: “chamando de estado definitivo uma condição transitória – nomeadamente, a divisão da sociedade entre patrícios e proletários” (PROUDHON, 2011, p. 190, 174).

30 BLANC apud VINCENT, 1984, p. 139-140.



nova forma de trabalho assalariado que simplesmente significava substituir capitalistas por burocratas. Como a história mostra, Proudhon estava certo.<sup>31</sup>

A segunda é que outros socialistas reconheceram a necessidade de associações para substituir o trabalho assalariado. Proudhon também popularizou a ideia de associações operárias (cooperativas) como a base do socialismo, de 1840 em diante, quando ele afirmou que os gestores “devem ser escolhidos entre os trabalhadores, pelos próprios trabalhadores”.<sup>32</sup> Ainda que em *A Ideia Geral da Revolução*, de 1851, isto seja particularmente forte, isto pode ser visto em quase todas as suas obras.<sup>33</sup> Para Proudhon, o local de trabalho deve ser comandado pelas “associações industriais, pequenas repúblicas operárias” e então “a democracia industrial deve suceder o feudalismo industrial”.<sup>34</sup> Como Dorothy Douglas notou corretamente, “o movimento cooperativo... sindicalismo... socialismo de guilda, todos carregam traços do tipo de vida industrial autogovernada que Proudhon buscava”.<sup>35</sup>

A terceira e mais importante razão é que Blanc, como Proudhon – não originou a ideia das associações operárias. Assim como Gluckstein troca as datas de publicação da influente obra de Blanc, *A Organização do Trabalho*, 1840 em vez de 1847<sup>36</sup>, o fato é que o “Associativismo” nasceu durante a onda de greves e protestos desencadeados pela revolução de 1830. Aquele ano viu tipógrafos *partisans*, por exemplo, produzindo um jornal (*L'Artisan: Journal de la classe ouvrière*) que sugeriu que a única forma de deixar de ser explorado por um patrão era formar cooperativas. Durante as greves de 1833, isto foi reproduzido por outros trabalhadores qualificados e assim as cooperativas eram vistas por muitos trabalhadores como um método de emancipação do trabalho assalariado, muito antes de Blanc colocar a caneta no papel.<sup>37</sup>

Em outras palavras, Blanc e Proudhon simplesmente pegaram ideias expressas pelos trabalhadores e interpretaram de formas diferentes. Isso é importante porque

---

31 PROUDHON, 2011, p. 204-206, 215-217, 296,399, 556-557.

32 PROUDHON, 2011, p. 119.

33 Para um panorama sobre as ideias de Proudhon sobre socialismo associativo e sua evolução, ver a excelente abordagem de Vincent.

34 PROUDHON, 2011, p. 780, 610. Proudhon parece ter usado o termo “democracia industrial” pela primeira vez em 1852 quando apontou “uma inevitável transição para uma democracia industrial”. Cf. PROUDHON, Pierre-Joseph. *La Révolution sociale démontrée par le coup d’Etat du 2 décembre*. Antony: Tops-Trinquier, 2013, p 156.

35 DOUGLAS, Dorothy. Proudhon: A Prophet of 1848: Part II. *The American Journal of Sociology* 35: p. 1, 54.

36 Os artigos originais de Blanc sobre os quais o livro se baseia aparecem em *Revue du progrès*, em 1839. (VINCENT, 1984, p. 138).

37 MOSS, Bernard H. *Producer's Associations and the Origins of French Socialism: ideology from below*. In: *Journal of Modern History* 48: p. 1, 73.

simplesmente reconhecer que outros pensadores socialistas levantaram a ideia de cooperativas operárias como uma alternativa ao trabalho assalariado ainda dá crédito à noção de Lenin de que a classe trabalhadora não pode alcançar ideias socialistas por conta própria.<sup>38</sup> Trata-se do oposto com Proudhon, por exemplo, escolhendo o termo *Mutualismo* a partir dos trabalhadores de Lyon no início dos anos 1840 e suas ideias de crédito, troca e produção cooperativas influenciando-o assim como ele influenciou os trabalhadores de Lyon. Havia, assim, “similaridade próxima entre o ideal associativo de Proudhon... e o programa dos mutualistas de Lyon”; “é provável que Proudhon fosse capaz de articular seu programa político mais coerentemente por causa do exemplo dos trabalhadores da seda de Lyon. O ideal socialista que ele defendia já estava sendo realizado, em certa medida, por tais trabalhadores”.<sup>39</sup>

Depois há a habitual bobagem marxista de que “Proudhon queria que a sociedade retornasse para uma era de ouro anterior” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 73). Na realidade, ele não queria e defendeu a associação precisamente para acomodar o desenvolvimento da indústria e da produção em larga escala.<sup>40</sup> E mais, ele também estava perfeitamente ciente de que na França de seu tempo, artesãos e camponeses predominavam e, assim, qualquer movimento e teoria socialista sérios teriam que reconhecer este fato. Gluckstein (2006, p. 69) sabe disso, como ele admite, em 1871, “formas de produção mais antigas predominavam” assim como “a preponderância da produção artesanal e manufaturada” em Paris e em toda parte na França. Ainda assim, isto não impede Gluckstein – como Engels antes dele – de caracterizar Proudhon como anacrônico, a despeito de ele ter defendido ideias aplicáveis à estrutura econômica à qual ele viveu em vez daquelas que, como com Marx, somente se tornariam dominantes décadas após a sua morte. Em vez de ficar olhando para o passado, Proudhon moldou suas ideias à economia com que ele se deparou. Como Daniel Guérin sintetizou muito tempo atrás:

---

38 Em *Que Fazer?* (1902), Lenin argumentou que “não pode haver qualquer conversa de uma ideologia independente formulada pelas próprias massas trabalhadoras no processo de seu movimento” e, assim, a consciência socialista “deveria ser trazida a eles de fora. A história de todos os países mostra que a classe trabalhadora exclusivamente por seu esforço próprio é capaz de desenvolver somente uma consciência trade-unionista... a Teoria do socialismo... cresceu de teorias filosóficas, históricas e econômicas elaboradas por representantes educados das classes proprietárias, por intelectuais”. Cf. LENIN, Vladimir. *Collected Works* 5: p. 384, 375. Para mais dessa discussão, ver a seção H.5 de MCKAY, Iain. *An Anarchist FAQ*. Volume 2. Edinburgh: AK Press, 2012.

39 VINCENT, 1984, p. 164.

40 “M. de Sismondi, como todo homem de ideias patriarcais, preferiria que a divisão do trabalho, com maquinaria e manufaturas, fosse abandonada, e cada família retornasse ao sistema primitivo não dividido –, isto é, cada um por si e todos contra todos no mais literal sentido das palavras. Isto seria um retrocesso; é impossível” (PROUDHON, 2011, p. 194).

Proudhon realmente andou de acordo com o tempo e percebeu que é impossível voltar no tempo. Ele era suficientemente realista para entender que “a pequena indústria é uma cultura tão estúpida quanto é insignificante” e registrou esta visão em seu *Carnets*. No que diz respeito à indústria moderna de larga escala demandando uma grande força de trabalho, ele era resolutamente coletivista: “No futuro, a indústria em larga escala e a cultura geral deverão ser o fruto da associação”. “Nós não temos escolha nesse assunto”, ele conclui, e é revoltante que alguém tenha ousado sugerir que ele era contra o progresso técnico.

Em seu coletivismo ele era, entretanto, categoricamente contrário ao estatismo. A propriedade deve ser abolida. A comunidade (como compreendida pelo comunismo autoritário) é opressão e servidão. Assim, Proudhon buscou uma combinação de propriedade e comunidade: isto era a associação. Os meios de produção e troca não devem ser controlados nem pelas empresas capitalistas, nem pelo Estado... eles devem ser geridos pelas associações de trabalhadores.<sup>41</sup>

De fato, isto poderia ser Proudhon falando quando uma reunião de um clube em Paris proclamou que a comuna “alocará seus contratos com as associações operárias que irão substituir os grandes chefes, as grandes empresas (especialmente companhias ferroviárias...)” e “organizar a República social e democrática” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 104). Afinal, como Proudhon lembrou em 1851:

Eu disse um dia, em fevereiro ou março de 1849, em uma manifestação de patriotas, que eu rejeitava igualmente a construção e gestão de ferrovias por empresas capitalistas e pelo Estado. Na minha opinião, as ferrovias estão no campo das empresas operárias, que são diferentes das atuais empresas comerciais, assim como devem ser independentes do Estado.<sup>42</sup>

Ao mesmo tempo em que reconhecia a contragosto que “as críticas de Proudhon das falhas da sociedade capitalista eram precisas e renderam a ele muitos adeptos”, Gluckstein (2006, p. 72) também afirma, com casual despreocupação, que as ideias de Proudhon são “facilmente reconhecíveis como precursoras da economia neoliberal de hoje. Mas as ideias de Proudhon estavam situadas em um contexto diferente e, assim, tomaram uma forma muito mais radical quando adotadas pela classe de artesãos”. Desde quando o neoliberalismo se abstém de usar o Estado para impor suas reformas e manipular o mercado em favor da classe capitalista? Quando o Estado capitalista alguma vez deixou as pessoas da classe trabalhadora em paz quando elas agiram por si

---

41 GUÉRIN, Daniel. Anarchism: From Theory to Practice. Monthly Review Press, 1970, p. 45.

42 PROUDHON, 2011, p. 583

mesmas? Da mesma maneira, quando um defensor da economia neoliberal já argumentou que o *laissez-faire* capitalista significa “a vitória do forte sobre o fraco, dos que tem sobre os que não tem”? Ou denunciou as empresas capitalistas porque elas resultam no “trabalhador [sendo] subordinado, explorado: sua condição permanente é de obediência” e assim as pessoas se relacionam como “subordinados e superiores” com “duas... castas de patrões e trabalhadores assalariados, o que é repugnante para uma sociedade livre e democrática” e instou cooperativas para substituí-las? Ou sugeriu que a “associação operária permanecerá uma utopia enquanto o governo não entender que ele não deve realizar serviços públicos por conta própria ou convertê-los em corporações, mas confiá-los por meio de contrato a prazo com valor fixo a empresas de trabalhadores unidos e responsáveis”?<sup>43</sup>

Como Marx, Proudhon estava perfeitamente ciente do papel que a economia desempenhava em defender, justificar e racionalizar o capitalismo: “A economia política – isto é, o despotismo proprietário – nunca pode estar errada, deve ser o proletariado”.<sup>44</sup> Sem surpresas, Proudhon não tinha nada além de reprovação para com os neoliberais de seu tempo, e estes para com ele.<sup>45</sup> Considerando que Gluckstein parece se basear quase exclusivamente em fontes secundárias para criar sua abordagem das ideias de Proudhon, não é surpresa nenhuma que ele utilize uma citação de Proudhon através do pouco confiável J. Salwyn Schapiro<sup>46</sup> para sugerir que Proudhon era contra a “propriedade comum” quando, na realidade, sua fonte intencionalmente traduz de forma errada a palavra *communauté* (comunidade) (GLUCKSTEIN, 2006, p. 75). O que Proudhon quer dizer com “comunidade” é muito bem conhecido, assim como suas razões para se opor a ela (embora Gluckstein falhe em mencionar ambos); ele *não* se opunha à propriedade comum e sim ao controle estatal que a nacionalização havia criado.<sup>47</sup> Isto pode ser visto quando ele argumenta que o mutualismo é “associação, que é a aniquilação da propriedade” na medida em que “o uso” da riqueza “deve ser dividida” como a “propriedade [se] mantém *indivisível*” e assim “a terra [é]

---

43 PROUDHON, 2011, p. 732, 583, 718.

44 PROUDHON, 2011, p. 187.

45 “A escola de Say”, Proudhon argumentava, era “o foco central da contrarrevolução” e “ao longo dos últimos dez anos parece ter existido somente para proteger e aplaudir o execrável trabalho dos monopolistas do dinheiro e necessidades, aprofundando mais e mais a obscuridade de uma ciência [econômica] naturalmente difícil e cheia de complicações” (PROUDHON, 2011, p. 587). Tudo isso parece, infelizmente, demasiado aplicável atualmente”.

46 SCHAPIRO, Salwyn. Pierre Joseph Proudhon, Harbinger of Fascism. In: The American Historical Review 50: 4 Jul., 1945.

47 “Os membros de uma comunidade, é verdade, não tem propriedade privada; mas a comunidade é proprietária e proprietária não só dos bens, mas das pessoas e das vontades” (PROUDHON, 2011, 131).

propriedade comum” e o capital é “*comum* ou *coletivo*”.<sup>48</sup> Como ele colocou durante a Revolução de 1848: “sob a associação universal, a propriedade da terra e dos instrumentos de trabalho é propriedade *social*... Nós queremos associações operárias democraticamente organizadas... essa vasta federação de empresas e sociedades entrelaçada ao tecido social da República democrática e social”.<sup>49</sup>

Então Proudhon também era a favor de associações de associações. Quinze anos depois, em 1863, ele chamou este sistema de “federação agroindustrial” em *Do Princípio Federativo* e isto “sistematizou” todas as suas ideias econômicas “desenvolvidas ao longo dos últimos vinte e cinco anos”.<sup>50</sup> Mesmo Gluckstein não pode ignorar isto, apontando que para Proudhon “as muitas pequenas<sup>51</sup> unidades econômicas se federalizariam... agrupadas em comunas locais... e depois, mais além, em federações regionais e, finalmente, nacionais” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 75). Mesmo assim, ele consegue fazer melhor do que Engels que proclamou que Proudhon “via a associação com ódio positivo” e, então, “combinar todas estas associações em uma grande união” era “o completo oposto da doutrina de Proudhon”.<sup>52</sup>

Em suma, Proudhon era a favor das cooperativas operárias (ou associações) na medida em que estava perfeitamente ciente que os patrões mantinham parte do valor produzido pelos trabalhadores. Que Gluckstein não saiba esse fato básico demonstra a natureza superficial de sua crítica. Dependente de uma leitura seletiva de fontes secundárias, ele ironicamente confirma os comentários de um certo autor que ele cita: “desde [*A Miséria da Filosofia*, de Marx] nenhum bom marxista teve mais que pensar sobre Proudhon. Eles tinham exatamente o que precisavam, um julgamento *ex cathedra*”.<sup>53</sup>

---

48 PROUDHON, 2011, p. 93, 148, 153.

49 PROUDHON, 2011, p. 377-378.

50 PROUDHON, 2011, p. 714.

51 Deve ser psicologicamente significativo que leninistas escrevam sobre Proudhon e anarquistas em geral defendendo “pequenos” e “minúsculos” locais de trabalho. Aparentemente, tamanho importa e leninistas pensam que suas unidades produtivas são muito, muito maiores que a dos anarquistas. Na realidade, é claro, anarquistas defenderam tamanhos apropriados de locais de trabalho e não estão preocupados sobre seus tamanhos. Marxistas podem fetichizar a produção em larga escala, mas isso não implica que sua presunção de que anarquistas tomem a posição oposta de fetichizar a produção em pequena escala seja acurada, em vez disso, nós apoiamos o nível apropriado de produção baseado em uma avaliação de requisitos objetivos e dos custos sociais e ecológicos envolvidos.

52 MARX; ENGELS, 1971, p. 31.

53HYMANS, 1979, p. 92.

## PROUDHON E O ESTADO

O uso de fontes secundárias por Gluckstein garante que ele faça uma caricatura de Proudhon em inúmeros temas além de suas teorias econômicas. Em termos de suas ideias políticas, uma falta de vontade de discutir *por que* Proudhon tinha estas visões soma-se aos problemas que esta abordagem inerentemente cria. Como um exemplo disso, Gluckstein (2006, p. 74) usa o artigo hostil e impreciso de Schapiro para oferecer aos seus leitores uma citação de Proudhon: “Toda esta democracia me enoja... O que eu não daria para navegar entre esta turba com punhos cerrados!”. Já ao consultar a carta a qual este trecho pertence, fica rapidamente claro que Schapiro deseja citar Proudhon fora de contexto para reforçar sua sugestão absurda de que ele era um “precursor” do fascismo. Na realidade, Proudhon estava lamentando que outros na esquerda o estavam atacando como “um falso *democrata*, um falso amigo do progresso, um falso republicano” devido a sua posição crítica sobre a independência da Polônia. Diferente de quase todo o resto da esquerda, Proudhon se opôs a criação de um Estado polonês na medida em que ele não seria democrático, mas sim governado pela nobreza, sendo assim: “católico, aristocrático [e] dividido em castas”.<sup>54</sup> O contexto mostra que Proudhon está fazendo um comentário irônico sobre aqueles na esquerda que violam seus próprios princípios democráticos reivindicados para apoiar a criação de tal regime feudal. Da mesma forma, “esta turba” não se refere ao “povo” como Schapiro e Gluckstein buscam sugerir, mas sim a um grupo de críticos de Proudhon. Schapiro não tenta indicar a mudança de assunto nem mesmo a mudança de página!<sup>55</sup>

Ele conta com outras falsas afirmações do artigo hostil e impreciso de Schapiro, nada menos que a ideia que Proudhon “apoiava a guerra”<sup>56</sup> (GLUCKSTEIN, 2006, p. 216) quando na verdade, a obra em questão (*A Guerra e a Paz* de 1861) buscava explicar como a guerra poderia ser encerrada de uma vez por todas, terminando com o apelo: “A HUMANIDADE NÃO QUER MAIS GUERRA”.<sup>57</sup> Ele utiliza Schapiro da mesma forma, para sintetizar a posição de Proudhon sobre o golpe de Louis Napoleon Bonaparte, apontando que sua posição era “bizarra” e estava expressa em “um panfleto

---

54 Proudhon, Pierre-Joseph. Correspondance de Pierre-Joseph Proudhon. Paris: A. Lacroix, 1875, X1: p. 196-197.

55 MCKAY, Iain. Hal Draper on Proudhon: Anatomy of a Smear. In: Anarcho-Syndicalist Review 77, Fall 2019.

56 Outras alegações de Schapiro repetidas por Gluckstein são apresentadas em: MCKAY, Iain. Neither Washington nor Richmond: Proudhon on Racism and the Civil War. In: Anarcho-Syndicalist Review 60, Summer 2013.

57 PROUDHON, Pierre-Joseph. La Guerre et la Paix, recherches sur le principe et la constitution du droit des gens. Paris: Dentu, 1861, 2: p. 420.

com o extraordinário título *A Revolução Social Demonstrada pelo Golpe de Estado*” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 74-75), quando o que é “bizarro” e “extraordinário” é julgar um livro (não “um panfleto”) por seu título. Cumpre dizer que a síntese de Gluckstein deixa muito a desejar (como a de Schapiro<sup>58</sup>). Para Proudhon, o golpe “demonstrou” a Revolução Social somente na medida em que mostrou que a situação antes de dezembro de 1851 *não* poderia ser mantida e que algum tipo de mudança era possível, seja positiva ou negativa. Isto, por sua vez, significava que Louis Bonaparte tinha duas opções – abraçar a revolução social e democrática (e assim acabar com seu poder pessoal) ou abraçar a reação (e assim manter seu poder pessoal).<sup>59</sup> Ou, nas palavras de seu capítulo final: “Anarquia ou Czarismo”.<sup>60</sup> A escolha da última opção por Louis Bonaparte talvez não fosse surpreendente. Ainda que esta dificilmente seja a melhor obra de Proudhon, seus argumentos sequer são sistematizados por Gluckstein, que claramente só leu seu título.

Ao mesmo tempo que evidencia os perigos da pesquisa insuficiente – ou fazendo o mínimo de pesquisa necessário para confirmar seus preconceitos – isto também expõe uma debilidade chave da abordagem de Gluckstein tanto sobre as ideias de Proudhon quanto sobre a crítica anarquista à Comuna. Dito de forma simples, ele não explica *por que* Proudhon se opôs ao Estado e argumentou contra a ação política. Considerando que a razão pela qual ele mantinha essas posições levam diretamente à crítica anarquista da Comuna, é duplamente inoportuno que isto não seja discutido.

Gluckstein (2006, p. 74) cita Proudhon argumentando que “a questão social só pode ser resolvida por você e só por você, sem o auxílio do poder”.<sup>61</sup> Então por que Proudhon enfatiza a auto-organização e a mudança desde baixo? Porque ele reconhecia

---

58 O espaço impede que discutamos as muitas distorções de Schapiro para além de apontar que ele apresenta Proudhon como tendo “saudado o ditatorial Segundo Império” (SCHAPIRO, 1945, p. 726) nesta obra, quando, na realidade, ela foi publicada antes de Louis Napoleon se autoproclamar imperador em dezembro de 1852. Então, a obra foi dirigida a alguém que ainda era, em teoria, o presidente democraticamente eleito da Segunda República, embora um que tenha aumentado amplamente os poderes de seu gabinete em nome da defesa do sufrágio universal masculino contra um parlamento que o havia limitado. Em termos do seu uso da repressão estatal, embora substancial, foi muito menos do que a de vários governos entre junho de 1848 e dezembro de 1851.

59 De fato, Louis Napoleon “teria que reformar a constituição, tornando-a mais democrática” e “realizar uma reforma social e econômica, assim como política” e, assim, “o livro, estritamente interpretado, exclui colaboração”. As condições estabelecidas para a colaboração eram tão exigentes que elas não poderiam ser encontradas”. Cf. RITTER, Allan. *The Political Thought of Pierre-Joseph Proudhon*. Princeton University Press, 1969, p. 187-188.

60 PROUDHON, 2013, p. 174.

61 Compare isto ao *communard* que alertou o povo a “não esperar nada do governo; faça você mesmo... se associe com camaradas na oficina, com seus vizinhos em seu bairro”. Cf. Johnson, Martin Phillip. *The Paradise of Association: Political Culture and Popular Organisation in the Paris Commune of 1871*. University of Michigan Press, 1996, p. 135.

que o (“poder”) estatal era governado pelo capital. Como ele colocou, para “conduzir esta guerra ofensiva e defensiva contra o proletariado, uma força pública era indispensável” e isto “o torna inevitavelmente vinculado ao capital e contra o proletariado”.<sup>62</sup> Esquecendo-se que Proudhon foi bem sucedido ao concorrer a eleições, Gluckstein (2006, p. 74) usa citações fora de contexto para reforçar a alegação de que “a ideia de envolvimento político da classe trabalhadora o ultrajava”. Porém, suas experiências no parlamento são relevantes quando procuramos entender e explicar suas posições – particularmente quando Proudhon as usa explicitamente para confirmar suas análises anteriores da natureza de classe do Estado, como ele fez no seu trabalho de 1849, *Confissões de um Revolucionário*.<sup>63</sup> Assim, sua crítica ao Estado estava construída sob um claro entendimento de sua natureza e base classistas, que a república “é nada além da aliança ofensiva e defensiva daqueles que possuem contra os que nada possuem”, uma “coalizão dos barões da propriedade, comércio e indústria contra a deserdada classe baixa”. Uma república centralizada, unitária e indivisível cria a divisão entre governantes e governados e, assim, “o cidadão não tem nada além do poder de escolher seus governantes por maioria de votos”. Dessa forma, a França era uma “República semi-Democrática”, na qual os cidadãos

[...] são autorizados, a cada três ou quatro anos, a eleger primeiro o poder legislativo e segundo o poder Executivo. A duração desta participação no Governo para a coletividade popular é breve... o presidente e os representantes, uma vez eleitos, são os mestres; todo o resto obedece. Eles são os *súditos* a serem *governados* e taxados sem cessar.<sup>64</sup>

Ela mal surge e cria um interesse próprio, separado e frequentemente contrário aos interesses do povo, porque, agindo então sob este interesse, transforma os funcionários públicos em suas próprias criaturas, disso resultando o nepotismo, a corrupção e pouco a pouco sua transformação em uma tribo oficial, inimigos ao mesmo tempo do trabalho e da liberdade.<sup>65</sup>

A centralização (*unité*, unidade) da “república indivisível” não era uma forma neutra de organização social, mas sim “a pedra angular do despotismo e da exploração burguesas”.<sup>66</sup> Ela era necessária para assegurar o controle burguês:

---

62 PROUDHON, 2011, p. 223, 226.

63 PROUDHON, 2011, p. 423.

64 PROUDHON, 2011, p. 566, 573.

65 PROUDHON, Pierre-Joseph. Regarding Louis Blanc: The Present Utility and Future Possibility of the State. In: Anarcho- Syndicalist Review 66, 2016.

66 PROUDHON, Pierre-Joseph. La fédération et l'unité en Italie. Paris: E. Dentu, 1862, p. 33.



E quem se beneficia deste regime? O povo? Não, as classes altas... unidade... é simplesmente a forma da exploração burguesa sob a proteção das baionetas. Sim, a unidade política, nos grandes Estados, é burguesa: as posições que ela cria, as intrigas que causa, as influências que ela estimula, tudo isto é burguês e para a burguesia.<sup>67</sup>

Considerando que até a democracia está vinculada ao capital e não poderia ser capturada, Proudhon voltou-se à auto-organização econômica da classe trabalhadora para que “uma nova sociedade fosse fundada no coração da antiga”, para assim “combater e reduzir o poder, colocá-lo no local adequado na sociedade, [pois] não adianta mudar os detentores do poder ou introduzir alguma variação em seu funcionamento: uma combinação agrícola e industrial deve ser encontrada por meio da qual o poder, hoje o governante da sociedade, se torne seu escravo”.<sup>68</sup>

Isto é algo que Gluckstein, em teoria, está ciente. Ele aponta que “os *communards* não tinham qualquer dúvida das limitações do sufrágio operando onde a economia capitalista era dominante” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 46). Que é exatamente o porquê de os vários tipos de “proudhonianos” terem sido tão contra quanto hesitantes em apoiar as eleições. Como a história mostra, a Social-democracia falhou em viver de acordo com as esperanças de Marx e se tornou tão reformista quanto Bakunin havia advertido.<sup>69</sup> O próprio Gluckstein aponta que estes partidos “acabam gerindo o sistema capitalista” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 204) e, assim, se “afundam na máquina do Estado, sendo o Partido Trabalhista Britânico um exemplo disso. Estes movimentos pensaram que poderiam utilizar as estruturas de poder existentes para realizar as mudanças que desejavam” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 63). Porém, ele falha em relacionar este fim com os meios usados, com o inconveniente fato de estes partidos terem seguido o apelo de Marx para tomar parte na “ação política” e se organizar como partido político, em vez de um movimento sindical militante como desejado pelos “coletivistas” na Internacional.

---

67 PROUDHON, 1862, p. 27-28.

68 PROUDHON, 2011, p. 321, 226.

69 Quando “trabalhadores comuns” são enviados para “Assembleias Legislativas” o resultado é que os “deputados-operários, transplantados para um ambiente burguês, para uma atmosfera de ideias puramente burguesas, irão, de fato, deixar de serem trabalhadores e se tornarão estadistas, eles se tornarão burgueses” pois “os homens não fazem as suas situações, pelo contrário, são feitos por elas. Cf. BAKUNIN, Mikhail. *The Basic Bakunin: Writings 1869-1871*. Robert M. Cutler (ed.). Prometheus Books, 1994, p. 108.

Da mesma forma, Proudhon não estava convencido que qualquer estrutura centralizada de Estado socialista poderia ser algo além de capitalismo de Estado: “Nós não queremos a expropriação, por meio do Estado, de minas, canais e ferrovias; isto ainda é monarquia, trabalho assalariado”.<sup>70</sup> Novamente, esse era o caso com a nacionalização do trabalho e, é claro, também se deu sob Lenin, Trotsky e depois Stálin. Como ele previu, se o governo substitui a propriedade privada, então “nada mudou além dos acionistas e da gestão; além disso, não há a menor diferença na posição dos trabalhadores”.<sup>71</sup> Substituir o chefe privado por um burocrata público não criou socialismo.

Por isto Proudhon defendia o federalismo político, econômico e social, para que “não mais tivéssemos a abstração da soberania popular como na constituição de 1793 e nas outras que a seguiram; e como em *Do Contrato Social* de Rousseau. Em vez disso, ela se torna uma soberania efetiva das massas trabalhadoras que regem e governam... as massas trabalhadoras são verdadeira, positiva e efetivamente soberanas: como elas poderiam não ser quando o organismo econômico – trabalho, capital, propriedade e recursos – pertence inteiramente a elas?”.<sup>72</sup> Assim como a associação econômica e o federalismo, Proudhon também defendeu o federalismo comunal, e Gluckstein admite que uma “federação de comunas” – “A França Livre, que é a França Comunal em forma federal” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 52), como um *communard* havia colocado – “substituiria o Estado, como Proudhon havia previsto” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 101). Porém, ao mesmo tempo, ele afirma que “a abordagem de Proudhon focava somente no econômico” e “o Estado tinha que ser desconsiderado” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 74). Proudhon, no entanto, não era indiferente ao Estado e buscou formas de enfraquecê-lo até o ponto que desaparecesse – ele simplesmente reconheceu que a ação política, em vez de pressão popular e transformação econômica desde baixo nunca resultaria em mudança real. Considerando a história subsequente do capitalismo, ele parece ter razão.

Assim, é simplesmente falso alegar que Proudhon “evitou lidar com o centro do sistema – a exploração no coração da relação capitalista-trabalhador, e o Estado que existe para proteger esse processo de exploração” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 76). Ele

---

70 PROUDHON, 2011, p. 378. Esta posição foi levantada primeiro em *O que é a Propriedade?* e é crítica à “comunidade” juntamente com a propriedade. Ele essencialmente argumenta que o comunismo estatal (o único tipo que existia até então) significaria “a comunidade é proprietária e proprietária não só dos bens, mas das pessoas e das vontades” (PROUDHON, 2011, p. 131).

71 Citado por RITTER, 1969, p. 167-168.

72 PROUDHON, 2011, p. 760-761.

estava perfeitamente ciente que o Estado era uma ferramenta capitalista e que o trabalho assalariado levava à exploração.

## **PROUDHONIANOS DE ESQUERDA OU COLETIVISTAS?**

Em vez de se contrapor ao Socialismo Associativo, Proudhon foi um de seus mais influentes defensores. Suas ideias encontraram expressão nos círculos da classe trabalhadora, durante e depois de sua vida, e quando Proudhon expressou apoio à associação dos trabalhadores como a base do socialismo libertário ele não estava expressando novas ideias, mas expressando uma perspectiva comum, desenvolvida dentro dos círculos da classe trabalhadora, e isto se refletiu posteriormente nas seções da Europa Continental da Primeira Internacional e também no interior da Comuna.

Não é de se surpreender, portanto, que durante a Comuna, inúmeros trabalhadores pressionaram o Conselho a promover cooperativas como meio de resolver a “questão social”. O próprio Conselho Comunal decretou que as oficinas cujos donos tivessem fugido deveriam ser dadas às “associações cooperativas dos trabalhadores que eram empregados nelas” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 30). Como Proudhon, isto levantou a possibilidade de *todos* os grandes locais de trabalho serem transformados em associações de trabalhadores. Entretanto, a Comuna (como Proudhon) era fundamentalmente gradualista em sua abordagem. Esta falha em tomar uma abordagem revolucionária foi destacada por Bakunin e por libertários posteriores como a chave para a derrocada da Comuna.

Gluckstein parece não se contradizer dirigindo algum elogio à Proudhon, apontando que as “forças da abordagem de Proudhon – seu antiautoritarismo e ênfase na auto-organização pela classe trabalhadora – foi adaptada” por seus seguidores. Isto é uma melhora significativa em relação a Engels, que considerava o “antiautoritarismo” como sendo uma besteira completa e inaplicável à sociedade moderna.<sup>73</sup> Ele também aponta que “o proudhonismo tem raízes profundas no movimento da classe trabalhadora e coloca ênfase na ação desde baixo” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 83). Isto é uma melhora em relação a Lenin, que argumentou que “o princípio organizativo da Social-democracia... consiste em proceder de cima para baixo”.<sup>74</sup> Depois da morte de

---

73 ENGELS, Friedrich. On Authority. In: The Marx-Engels Reader. Robert C. Tucker (ed.). W.W. Norton & Co., 1978a, p. 730-733. Para uma crítica de seu argumento ver a seção H. 4 de *An Anarchist FAQ*.

74 Ironicamente, “o princípio organizacional da oportunista Social-Democracia” era “proceder de cima para baixo e, dessa forma, onde fosse possível... estimular o autonomismo e a “democracia” levados (pelos superzelosos) ao patamar da anarquia”. Cf. LENIN, Vladimir. Collected Works 7: p. 396-397.

Proudhon, militantes influenciados por ele revisitaram e desenvolveram muitas de suas ideias. Baseados em suas experiências, muitos se tornaram (como Eugène Varlin) organizadores de sindicatos e greves, ao mesmo tempo que rejeitavam suas noções patriarcais. Gluckstein (2006, p. 134-135) os classifica como “proudhonianos de esquerda”, mas um termo muito melhor seria “coletivistas” – como Bakunin inicialmente chamou sua política antes de adotar o termo anarquista. Como os militantes franceses, Bakunin preferia a propriedade coletiva, as lutas econômicas e greves, a expropriação do capital por sindicatos e uma organização descentralizada e federal de comunas e associações por local de trabalho. Porém, este dificilmente é um ponto de partida radical como pode parecer à primeira vista, já que estes militantes buscaram ampliar a “combinação agrícola e industrial” de Proudhon, de simples cooperativas de crédito e locais de trabalho, até o sindicalismo. Que Proudhon tenha rejeitado esta posição não significa negar as relações óbvias entre os “mutualistas de esquerda” (coletivistas) e suas ideias.

Ao não apresentar uma abordagem acurada das ideias de Proudhon, Gluckstein também apresenta uma imagem falsa das influências teóricas dentro da Internacional e infla a influência de Marx no processo. Como G.D.H. Cole aponta, os internacionalistas franceses, inclusive Varlin, eram:

[...] fortemente hostis à centralização. Eles eram federalistas, tentando construir organizações da classe trabalhadora localmente e depois federando as federações locais. A França livre que eles vislumbravam seria um país composto por comunas locais autônomas, livremente federadas para propósitos comuns que demandavam ação em grandes áreas.... Neste sentido eles eram anarquistas.

[Varlin] tinha, no fundo, mais em comum com Proudhon do que com Marx [e tinha uma] visão sindicalista.<sup>75</sup>

Para citar o próprio Varlin, os sindicatos têm:

[...] a enorme vantagem de fazer o povo se acostumar à vida em grupo e, assim, prepará-lo para uma organização social mais ampla. Eles acostumam o povo não só a se dar bem uns com os outros e a entender um ao outro, mas também a se organizar por si mesmo, discutir e raciocinar a partir de uma perspectiva coletiva.

[Além de mitigar a exploração e a opressão capitalista no aqui e agora, os sindicatos também] formam os elementos naturais do edifício social do futuro; são eles que podem facilmente se transformar em

---

75 COLE, 1961, p. 140, 168.

associações de produtores; são eles que podem fazer os ingredientes sociais do trabalho de produção.<sup>76</sup>

Ao passo que tais visões podem ser vistas nos escritos de Bakunin, nada semelhante pode ser visto nos de Marx; então a sugestão de Gluckstein (2006, p. 210) que a correspondência entre Marx e Varlin “é certamente significativa” ao refutar os “muitos historiadores recentes que sentem a necessidade de negar qualquer influência marxista em Paris” não se sustenta. A noção de que Varlin era marxista não pode ser compatibilizada com sua advertência de que “colocar tudo nas mãos do Estado, altamente centralizado e autoritário... estabeleceria uma estrutura hierárquica de cima para baixo do processo trabalho”. Rejeitando a propriedade estatal, ele sugeriu, como Proudhon, que “a única alternativa era que os próprios trabalhadores tivessem a livre disposição a posse das ferramentas de produção... por meio de associação cooperativa.”<sup>77</sup>

Como se pode ver, a posição de Varlin era próxima à de Bakunin – talvez o fato de que Marx se correspondeu com o anarquista russo mostre uma “influência marxista” em suas ideias? Este é um exemplo das muitas vezes que Gluckstein busca reforçar a influência de Marx em uma revolução e em uma seção da Internacional onde tal influência mal existiu. No entanto, as similaridades com as ideias de Bakunin são óbvias, embora não sejam mencionadas por Gluckstein, assim como marxistas regularmente ignoram as óbvias relações entre as ideias de Bakunin e aquilo que posteriormente ficou conhecido como sindicalismo revolucionário.<sup>78</sup> Não é de se surpreender que quando Bakunin conheceu Varlin no Congresso da Internacional de Basileia e “uma vez que o programa da Aliança foi explicado para” Varlin, ele disse “partilhar das mesmas ideias e concordou em coordenar com seus planos revolucionários”.<sup>79</sup> “Varlin e os bakuninistas franceses”, George Woodcock aponta, “também reconheceram, antes da Comuna de Paris [como os sindicalistas], o papel dos sindicatos na luta social e na greve geral”.<sup>80</sup> Igualmente, Gluckstein considera o trabalho de Varlin para derrubar o Império como contraditório à posição apolítica de Proudhon. Porém ele se esquece que Proudhon

---

76 Citado por ARCHER, Julian P. W. *The First International in France, 1864-1872: Its Origins, Theories, and Impact*. University Press of America, Inc., 1997, p. 196.

77 SCHULKIND (ed.), 1972, p. 63-64.

78 MCKAY, Iain. *Another View: Syndicalism, Anarchism and Marxism*. *Anarchist Studies* 20:1 Spring, 2012.

79 ARCHER, 1997, p. 186.

80 WOODCOCK, George. *Anarchism: A History of libertarian ideas and movements*. Penguin Books, 1986, p. 263.

montou barricadas e utilizou as habilidades de seu ofício para imprimir a primeira proclamação da República na revolução de 1848 e, é claro, foi bem sucedido ao concorrer nas eleições alguns meses antes (embora a experiência, como apontado, confirmou seu antiparlamentarismo).

Da mesma forma, os anarquistas estão perfeitamente cientes que repúblicas podem oferecer mais oportunidade para atividade do que ditaduras, que a “mais imperfeita república é mil vezes melhor que a monarquia mais esclarecida... O sistema democrático gradualmente educa as massas para a vida pública”<sup>81</sup> e, dessa forma, a “Internacional não rejeita a política de tipo geral; ela será compelida a intervir na política contanto que ela seja forçada à luta contra a burguesia. Ela rejeita somente a política burguesa”<sup>82</sup>. Anarquistas tomaram parte nos protestos que derrubaram o Czar em fevereiro de 1917<sup>83</sup>, assim como na Espanha em 1931 (por exemplo). A questão é que participaram em tais eventos para impulsioná-los mais adiante, para transformá-los em revolução social, em vez de revoluções puramente políticas.<sup>84</sup> Esta era a posição de Kropotkin durante a Revolução Russa de 1905: “Unidos com todo o povo russo nós lutamos contra a autocracia. Ao mesmo tempo, nós temos que trabalhar para ampliar nossa luta e lutar simultaneamente contra o capital e contra o governo”.<sup>85</sup> Esta também era a posição de Varlin quando ele apontou que “para nós, a revolução política e a revolução social são interdependentes” e “diante de todos os obstáculos que nós encontramos, sentimos que nos será impossível organizar a revolução social enquanto vivermos sob um governo tão autoritário como o atual.”<sup>86</sup>

Para Engels, em 1891, “a Comuna foi a sepultura da escola proudhoniana de socialismo”.<sup>87</sup> Contudo, a evidência sugere o contrário – a “escola proudhoniana” tinha se transformado muito antes de março de 1871 e continuou a fazê-lo muito depois na

---

81 Mikhail Bakunin citado por GUÉRIN, 1970, p. 20

82 BAKUNIN, Mikhail. *The Political Philosophy of Bakunin*. G.P. Maximov (ed.). New York: The Free Press, 1953, p. 313.

83 Enquanto, significativamente, os bolcheviques locais se opuseram aos protestos iniciais (assim como Marx se opôs às tentativas de insurreição durante a guerra franco-prussiana).

84 Kropotkin uma vez apontou que qualquer revolução francesa deveria começar como uma revolução “política”, já que as revoluções “não foram feitas sob encomenda” mas “uma vez que a revolução começar, ela não deve parar com mera mudança de governo” e “tentativas de expropriação” devem começar. Cf. KROPOTKIN, Peter. *The Conquest of Bread and Other Writings*. Cambridge University Press, 1995, p. 211

85 KROPOTKIN, Peter. *Direct Struggle Against Capital*. Edinburgh: AK Press, 2014, p. 461. Ambas as frações marxistas russas viram os eventos de 1905 como uma revolução “burguesa” e, assim, limitaram seus objetivos à uma transformação puramente política, argumentando que os trabalhadores deveriam buscar mudanças sociais uma vez que a república tivesse sido conquistada.

86 SCHULKIND, Eugene (ed.). *The Paris Commune of 1871: The View from the Left*. London: Jonathan Cape, 1972, p. 32-33.

87 MARX; ENGELS, 1971, p. 31

forma de “coletivismo”. Varlin, em outras palavras, era parte do desenvolvimento geral do movimento libertário desde o mutualismo reformista em direção ao coletivismo revolucionário, de Proudhon à Bakunin (por assim dizer). Quanto a Bakunin, suas ideias eram ideias “proudhonianas amplamente desenvolvidas e levadas até suas últimas consequências”.<sup>88</sup> Entretanto, isto não quer dizer que sem Bakunin isto não teria acontecido, pois Varlin “parece ter se movido de forma independente em direção a sua posição coletivista”.<sup>89</sup> Em outras palavras, Bakunin se tornou influente porque ele era parte de um desenvolvimento geral dentro dos círculos internacionalistas, ideias com as quais ele contribuiu profundamente mas com as quais foi também profundamente influenciado.

Então, considerando as conexões de Varlin com Bakunin e as similaridades de suas políticas, Gluckstein (2006, p. 84) está correto em afirmar que “Varlin demonstrou o que poderia ser alcançado”, mas não no sentido que ele pretendeu dizer. Foi precisamente a ascensão do “coletivismo”, ao qual Bakunin e Varlin se filiaram, que finalmente forçou Marx a deslocar o Conselho Geral para os Estados Unidos.<sup>90</sup>

### **“A FORMA FINALMENTE DESCOBERTA...”?**

Para Marx, a Comuna era “a forma política finalmente descoberta sob a qual trabalhar a emancipação econômica do trabalho”. Ele saudou características como o Conselho Comunal ser composto por delegados que eram “revogáveis a qualquer momento e ligados ao mandato imperativo (instruções formais) de seus eleitores”, que ele era “um órgão operacional, não parlamentar, executivo e legislativo ao mesmo tempo” e que “o exército permanente deveria ser substituído pela milícia nacional”.<sup>91</sup> Marx é parafraseado por Gluckstein (2006, p. 199): “O que tornou a estrutura democrática parisiense tão diferente?”. Simplesmente seus representantes “eram ‘revogáveis a qualquer momento’, assim os delegados não poderiam se desviar do mandato de seus eleitores”. A criação de uma milícia também é saudada como se significasse que a “força [estatal] era fundamentalmente diferente” e, assim “[como] se

---

88 BAKUNIN, Mikhail. Michael Bakunin: Selected Writings. Arthur Lehning (ed.) London: Jonathan Cape, 1973, p. 198.

89 WOODCOCK, 1986, p. 239.

90 Para uma boa abordagem sobre a ascensão do anarquismo revolucionário dentro da Internacional, ver: GRAHAM, Robert. We Do Not Fear Anarchy? We Invoke It: The First International and the Origins of the Anarchist Movement. Oakland/Edinburgh: AK Press, 2015.

91 MARX; ENGELS, 1971, p. 75, 72-73, 71, 72.

invertissem os princípios do Estado de cabeça para baixo” (GLUCKSTEIN, 2011, p. 51).

Contudo, ao passo que os *communards* aplicaram essas formas, é falso sugerir, como Marx faz, que elas vieram totalmente como um raio em dia de céu azul. Na verdade, a Comuna de Paris aplicou ideias que anarquistas estavam discutindo há algum tempo. Proudhon, por exemplo, levantou a ideia de representantes com mandatos vinculativos sendo eleitos para assembleias executivas e legislativas durante a revolução de 1848:

Cabe à Assembleia Nacional, por meio da organização de seus comitês, o exercício do poder executivo, da mesma forma que exerce o poder legislativo... Além do sufrágio universal e como consequência do sufrágio universal, nós queremos a implementação do mandato vinculativo. Os políticos recusam! O que significa que em suas visões, o povo, ao eleger representantes, não nomeia mandatários, mas em vez disso, renuncia à sua soberania! Isto certamente não é socialismo: isto sequer é democracia.<sup>92</sup>

A visão de uma sociedade livre sendo uma federação de comunas era discutida por Proudhon em seu livro de 1863, *Do Princípio Federativo*. Bakunin repetiu a mesma visão de um sistema federalista de comunas baseado em mandatos e delegações revogáveis, em 1868:

A Aliança de todas as associações operárias... constituirão a Comuna... haverá uma federação permanente das barricadas e um Conselho Comunal Revolucionário... [formado por] delegados... investidos com mandatos vinculativos, responsáveis e revogáveis à qualquer momento... todas as províncias, comunas e associações... irão designar representantes para um local de assembleia combinado (todos... investidos de mandatos vinculativos, responsáveis e sujeitos à revogação), a fim de fundar a federação de associações, comunas e províncias insurgentes.<sup>93</sup>

O que dizer sobre abolir o exército e substituí-lo por uma milícia? Para Gluckstein (2006, p. 114), a ideia de uma milícia “não deve nada... à rejeição anarquista de Proudhon ao Estado... a federação desejada para substituir o exército permanente por uma milícia de trabalhadores... Isto subverteu completamente a ideia de Estado como

---

92 PROUDHON, 2011, p. 378-379 (ver também p. 273 e 279).

93 BAKUNIN, Mikhail. Program and object of the secret revolutionary organization of the international brethren (1868). In: No Gods, No Masters: An Anthology of Anarchism. Daniel Guérin (ed.). Edinburgh/Oakland: AK Press, 2005, p. 182.



algo que impõe sua vontade sobre a sociedade pelo alto”. Isto não é verdade, como Proudhon sugeriu, em 1848, que era “necessário desarmar os poderes constituídos” acabando com a conscrição militar e “organizando um exército de cidadãos”. É “direito dos cidadãos nomear a hierarquia de seus chefes militares, os simples soldados e guardas nacionais nomeando os oficiais de baixa patente, os oficiais apontando seus superiores”. Dessa forma “o exército mantém seus sentimentos cívicos” enquanto o povo “organiza seus militares de tal forma que garanta simultaneamente sua defesa e suas liberdades, enquanto espera que as nações concordem em encerrar a paz armada”.<sup>94</sup>

Como reformista, Proudhon não trata da questão da defesa da revolução, mas o revolucionário Bakunin o fez com base em seu apelo por uma milícia democrática:

Imediatamente depois de ter estabelecido a derrubada dos governos, as comunas terão que se reorganizar em linhas revolucionárias... A fim de defender a revolução, seus voluntários formarão, ao mesmo tempo, uma milícia comunal. Mas, nenhuma comuna pode se defender isoladamente. Então será necessário irradiar a revolução para fora, para insurgir todas as comunas vizinhas... e, assim, federar-se com elas para a defesa comum.<sup>95</sup>

Assim, o fato inconveniente é que os anarquistas têm defendido as formas organizativas que Gluckstein saúda a Comuna por implementar desde Proudhon, nos anos 1840, sendo desenvolvidas por Bakunin nos anos 1860. Nada parecido pode ser encontrado em Marx até depois da Comuna. Como K.J. Kenafick aponta:

O programa estabelecido [pela Comuna]... o sistema do federalismo, que Bakunin vinha defendendo por anos, havia sido enunciado pela primeira vez por Proudhon. Os proudnhonianos... exerceram influência considerável na Comuna. Esta ‘forma política’, portanto, não havia sido ‘finalmente’ descoberta; ela havia sido descoberta anos atrás; e agora provava ser correta pelo próprio fato de que, na crise, os trabalhadores de Paris a adotaram quase automaticamente, sob a pressão das circunstâncias, em vez de resultar de uma teoria, como sendo a forma mais adequada para expressar as aspirações da classe trabalhadora.<sup>96</sup>

Então, claramente, a maior influência em termos de “visão política” da Comuna era o anarquismo. O “esboço de organização nacional que a Comuna não teve tempo de

---

94 PROUDHON, 2011, p. 407, 443-444.

95 BAKUNIN, 2005, p. 164.

96 KENAFICK, K.J. Michael Bakunin and Karl Marx. Melbourne: 1948, p. 212-213.

desenvolver”<sup>97</sup>, que Marx saudou, mas não citou, foi escrito por um seguidor de Proudhon e expôs uma estrutura organizativa claramente federalista e “de baixo para cima”.<sup>98</sup> Baseado nesta revolta libertária, não é de surpreender que a defesa que Marx fez dela tenha apresentado uma virada libertária.

Que as ideias geradas pelos trabalhadores em luta refletiram as previsões de Bakunin não implica sugerir que os Internacionalistas influenciados por ele de alguma forma injetaram estas ideias na luta. Em vez disso, ambos os grupos de pessoas, submetidos a muitas experiências parecidas, assim como a discussões e influências teóricas, formularam conclusões similares a partir delas. Então, de fato, “ao final de 1870, a visão de uma Comuna como uma alternativa completa ao poder existente estava emergindo de clubes de discussão” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 104), e essas discussões foram influenciadas por Internacionalistas assim como eles foram influenciados por elas. O que refuta a suposição leninista de que as massas não podem desenvolver uma consciência socialista por si mesmas.

## **A CRÍTICA ANARQUISTA**

Em sua discussão sobre os campeões da Comuna, Gluckstein pelo menos reconhece que os anarquistas a analisaram e a reivindicaram como sendo uma expressão de nossas ideias. Ele dá pouco menos de duas páginas ao assunto (o que ele chama de crítica feminista é coberto com mais profundidade). É, na melhor das hipóteses, descuidado e superficial e, na pior, simplesmente falso e autocontraditório enquanto, ao mesmo tempo, ele inconscientemente também demonstra que está correto.

A representação daquilo que Gluckstein (2006, p. 184) chama de “interpretação anarquista” da Comuna começa mal, com o autor afirmando que “os anarquistas acreditam que a Comuna não pode ser descrita como um governo dos trabalhadores, porque aboliu o próprio conceito de governo”, citando os ensaios mais famosos, tanto de Bakunin quanto de Kropotkin, sobre a Comuna de Paris como uma evidência. Contudo, apesar das afirmações de Gluckstein, anarquistas não acreditam em tal coisa – como este próprio artigo comprova.

---

97 MARX; ENGELS, 1971, p. 72.

98 AVRICH, Paul. *Anarchist Portraits*. Princeton University Press, 1988; VINCENT, 1984, p. 232; “Na realidade” o marxista Paul Thomas admite, “a Comuna deve muito pouco ao marxismo e muito mais, ironicamente, aos Proudhonianos, que se provaram pedras no sapato dos marxistas durante os primeiros quatro anos de existência da Internacional. Cf. THOMAS, Paul. *Karl Marx and the Anarchists*. London: Routledge & Kegan Paulplc, 1985, p.194.

O central da crítica anarquista é precisamente que um dos problemas chave da Comuna foi que ela manteve um governo dentro de Paris enquanto proclamava a livre federação de comunas fora dela. Esta era a posição de Bakunin, que enquanto proclamava que “o socialismo revolucionário havia acabado de tentar seu primeiro ataque e demonstração prática na Comuna de Paris” e “demonstrado para todas as pessoas escravizadas (e há alguma massa que não seja escravizada?) o único caminho para a emancipação” também apontava que os *communards* tinham “estabelecido um governo revolucionário” e, assim, organizado a “si mesmos de uma maneira jacobina, esquecendo ou sacrificando as primeiras condições do socialismo revolucionário”.<sup>99</sup> Kropotkin repetiu e estendeu esta análise, como o próprio Gluckstein admitiu: “uma das reclamações de Kropotkin sobre a Comuna foi precisamente que as massas cooperaram com o poder centralizado que criaram no Hotel de Ville” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 184-185). Ele até citou Kropotkin, argumentando que “não há mais razão para um governo dentro da Comuna do que para fora dela” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 185). Apesar disso, ele não fez a pergunta óbvia: se este é o caso, como os anarquistas poderiam pensar que a comuna “aboliu” o governo?

Como Gluckstein não consegue se forçar a apresentar a crítica anarquista, é útil resumi-la aqui tomando a análise de Kropotkin como ponto de partida. Ela tem dois aspectos principais, que Kropotkin sintetizou em algumas palavras: “a Comuna não era comunista o suficiente... a Comuna não era anarquista o suficiente”.<sup>100</sup>

Primeiramente, a Comuna “tratou a questão econômica como secundária, a ser tratada posteriormente, depois do triunfo da Comuna”, quando “o triunfo de uma Comuna popular era materialmente impossível sem um triunfo paralelo do povo no campo econômico”. Segundo que, ao “proclamar a Comuna livre, o povo de Paris proclamava um princípio essencialmente anarquista”, mas “eles pararam no meio do caminho” e deram “a si mesmos um Conselho Comunal copiado dos antigos conselhos municipais”. A Comuna não “rompeu com a tradição do Estado, do governo representativo e não tentou alcançar dentro da Comuna aquela organização do simples ao complexo que ela inaugurou ao proclamar a independência e a livre federação das Comunas”. Isto resultou nos revolucionários sendo isolados das massas na prefeitura, “imobilizados... pela burocracia” e perdendo “a sensibilidade que vem do contato

---

99 BAKUNIN, Michael. Bakunin on Anarchism. Sam Dolgoff (ed.). Montreal: Black Rose Books, 1980, p. 263, 267.

100 KROPOTKIN, 2014, p. 453.

contínuo com as massas... Paralisado por seu distanciamento do centro revolucionário – o povo – eles mesmos paralisaram a iniciativa popular”.<sup>101</sup>

Perdendo totalmente o foco da crítica anarquista, Gluckstein opina que “se a Comuna tivesse sido somente um momento dos de baixo, a interpretação anarquista estaria certa”, mas a insurreição “inaugurou um novo foco de poder” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 185). Realmente – e os anarquistas argumentaram que este poder simplesmente não estava à altura da tarefa em questão. Isto pode ser visto quando Gluckstein admite que o Conselho estava “sobrecarregado” de sugestões de outros corpos, pelo “grande volume” que “criou complicações”, [o Conselho] “teve dificuldade para lidar com o fluxo de pessoas que lotavam seus escritórios” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 47-48), enquanto relatórios, cartas e moções se “empilhavam” na prefeitura e nos escritórios do secretariado e não eram discutidos (GLUCKSTEIN, 2006, p. 51). Esta inércia burocrática pode ser vista desde o decreto de 16 de abril de 1871 sobre transformar oficinas fechadas em cooperativas:

Conselhos comerciais de trabalhadores são convocados para estabelecer uma comissão de investigação, assim como um inventário... Para apresentar um relatório sobre os requisitos práticos para o imediato recomeço destas oficinas... pela associação cooperativa de trabalhadores que eram empregados lá... Esta comissão de investigação deve enviar seu relatório à Comissão Comunal do Trabalho e Troca, que será requisitada a apresentar à Comuna... o rascunho de um decreto...<sup>102</sup>

Talvez porque o autor deste decreto, a quem Gluckstein (2006, p. 30) saúda, era Leo Frankel (o único membro do Conselho que pode ser, mesmo que remotamente, considerado marxista), Gluckstein o menciona quase de passagem, resumindo-o acriticamente em menos de um parágrafo, antes de apontar que “na prática, havia pouco tempo para fazer muitas coisas”. Considerando o processo sendo implementado, isto dificilmente é surpreendente. Não é de se admirar que Kropotkin tenha concluído, a partir deste decreto e de outros similares, o seguinte:

O povo insurgente não irá esperar por qualquer antigo governo em sua maravilhosa sabedoria decretar reformas econômicas. Eles irão abolir a propriedade individual por si mesmos... Eles não vão parar com a expropriação dos donos do capital social por meio de um

---

101 KROPOTKIN, Peter. Words of a Rebel. Montreal: Black Rose Books, 1992, p. 74, 97, 93, 97.

102 LEFRANCAIS, Gustave. Erude sur le mouvement communaliste a Paris en 1871. Neuchatel: Guillaume Fils, 1871, p. 171-172.

decreto que irá permanecer letra morta; eles tomarão posse e estabelecerão seus direitos de usufruto imediatamente. Eles organizarão as oficinas para que possam continuar a produção.<sup>103</sup>

É estranho que Gluckstein tenha tão pouco a dizer sobre este assunto, já que ele obviamente considera este decreto um exemplo chave do “novo tipo de sociedade [que] pode ser vislumbrada fugazmente na ação [da Comuna]” (GLUCKSTEIN, 2006 p. 27). Considerando o papel central que isto claramente desempenhou nas lições que os anarquistas tiraram da Comuna, a falta de discussão certamente aponta para uma perspectiva política baseada na ação governamental em vez da autoatividade dos trabalhadores como os meios para criar o socialismo.

Em termos de participação das massas, Gluckstein aponta que “as relações entre a Comuna” e “os clubes e as reuniões de massa” são “difíceis de mensurar” (GLUCKSTEIN, 2006 p. 50), o que é uma confissão incriminadora para alguém que alega que a Comuna implementou um novo regime baseado na democracia direta e que a evidência de que tal regime era “radicalmente diferente de todos os Estados anteriores” pode ser nela encontrada. (GLUCKSTEIN, 2006 p. 46). Até suas conclusões contra a “interpretação anarquista” são falaciosas: “Foi esta combinação de atividade direta mais uma estrutura governamental organizada (com todas as suas inadequações) que concedeu à Comuna de Paris sua significação histórica como o momento em que um movimento anticapitalista foi transformado em um poder por direito próprio” (GLUCKSTEIN, 2006 p. 185).

Sim, “com todas as suas inadequações”! Em vez de considerar se “uma estrutura governamental organizada” prejudica a “atividade direta” das massas e se está disposta a resolver as muitas tarefas diante de uma revolução social, como Kropotkin e outros anarquistas fizeram, Gluckstein simplesmente ignora esta questão. Ele aponta, de passagem, as dificuldades diante do Conselho tentando lidar com inúmeros problemas face à revolução, mas não tira nenhuma conclusão delas. Os anarquistas, entretanto, apontariam que elas confirmaram a previsão de Bakunin, em 1870, de que qualquer governo revolucionário:

[...] não poderia falhar em limitar severamente o escopo da ação revolucionária porque é impossível, mesmo para o mais enérgico e tenaz revolucionário autoritário, entender e lidar efetivamente com todos os múltiplos problemas gerados pela revolução. Porque toda

---

103 KROPOTKIN, 1992, 99.

ditadura, seja exercida por um indivíduo ou, coletivamente, por relativamente poucos indivíduos, é necessariamente muito circunscrita, com pouquíssima visão, e sua percepção limitada não pode, conseqüentemente, penetrar a profundidade e englobar todo o complexo alcance da vida popular.<sup>104</sup>

O povo de Paris também estava ciente deste problema, nomeadamente, a inabilidade da Comuna ser efetiva. Na medida em que o Conselho “se mostrava crescentemente incompetente ou insuficientemente revolucionário, os clubes e comitês se tornaram os veículos para a afirmação da soberania direta por meio da associação... Se a Comuna tivesse conseguido durar mais, certamente as facções à esquerda dos clubes, comitês e da Guarda Nacional teriam colocado uma oposição séria e organizada ao Conselho Comunal”.<sup>105</sup> Antes e durante a Comuna, houve tentativas de federar vários clubes e assembleias (tais como a Delegação dos Vinte Bairros). Estes teriam, eventualmente, produzido uma estrutura federal dentro da própria comuna, na medida em que as limitações do Conselho se tornassem claras. Como Kropotkin argumentou:

Em 1871, Paris viu uma vaga antecipação de uma maneira melhor de agir. Os revolucionários entre o povo pareceram entender que o Conselho da Comuna tinha que ser considerado como mero pano de fundo, como um aceno às tradições passadas; que o povo deveria não só desarmar, mas manter, junto com o Conselho, sua própria organização, seus grupos federados e que as medidas necessárias para garantir o sucesso da revolução deveriam vir destes grupos em vez da prefeitura. Infelizmente, uma certa modéstia entre os revolucionários populares, sustentada também por preconceitos autoritários, cujas raízes ainda penetravam profundamente naquele período, preveniram que estes grupos federados ignorassem completamente o Conselho, como se ele não existisse, e agissem para inaugurar uma nova era de construção social.<sup>106</sup>

Significativamente, durante a Comuna, a Delegação “começou ou se juntou a uma série de iniciativas elaboradas para unir de forma mais eficaz as organizações populares. Ela começou uma Federação de Clubes... Se a Comuna tivesse sobrevivido é quase certo que estes projetos teriam novamente tornado a Delegação o centro do clube

---

104 BAKUNIN, 1980, p. 196.

105 JOHNSON, 1996, p. 162-163. Compare com o comentário de Bookchin que o Conselho Comunal era “amplamente ignorado...depois que foi instalado. A insurreição, a verdadeira gestão dos assuntos da cidade e finalmente a luta contra Versalhes, foi encabeçada principalmente pelos clubes populares, os comitês de vigilância dos bairros e os batalhões da Guarda Nacional. Se a Comuna de Paris (o Conselho Municipal) tivesse sobrevivido, é extremamente questionável que ela pudesse ter evitado o conflito com estas formações de rua e de milícias flexivelmente estabelecidas”. BOOKCHIN, Murray. *Post-Scarcity Anarchism*. AK Press, 2004, p. 90.

106 KROPOTKIN, 2014, p. 578.

revolucionário e do movimento de comitês, como foi durante o cerco e o armistício”. Em outras palavras, ela “retornaria à ideia de dirigir um clube central no qual delegados de todos os clubes e comitês poderiam se reunir... ele seria aberto ao público e reuniria delegados dos clubes populares”.<sup>107</sup>

Gluckstein sugere que a Comuna era uma “nova forma de governo baseada em uma democracia ativa de massas”, e o “primeiro Estado operário” (GLUCKSTEIN, 2006 p. 7)). A questão é, se o então chamado Estado operário é “uma forma totalmente nova de Estado, em sua completa novidade” (GLUCKSTEIN, 2006 p. 114), então por que chamá-lo de Estado? Na medida em que ele estava baseado em uma “democracia ativa de massas” ele não era um Estado, já que era baseado naquilo que os Estados evoluíram para limitar – participação de massas na vida social (“O Estado é necessariamente hierárquico e autoritário – ou ele deixa de ser o Estado”<sup>108</sup>). Ele está certo em afirmar que esse poder “desde cima, atuando sobre aqueles abaixo, foi desafiado e as próprias fundações do Estado convencional foram abaladas”; no entanto, ele mostra a típica confusão marxista quando alega que as novas instituições sociais formaram “um novo tipo de Estado que fundiu povo e poder”. O que é compreensível dado a falsa e metafísica noção marxista de que o Estado é simplesmente “um sistema de dominação de uma classe sobre a outra”, em vez de um conjunto de instituições marcadas por relações sociais específicas exigidas para manter o domínio de uma classe minoritária sobre a sociedade (GLUCKSTEIN, 2006 p. 205).<sup>109</sup> Como Kropotkin argumentou:

Desenvolvido no curso da história para estabelecer e manter o monopólio da propriedade da terra a favor de uma classe – que, por essa razão, tornou-se a classe dominante por excelência –, quais meios o Estado poderia fornecer para abolir este monopólio que a classe trabalhadora não pode encontrar em sua própria força e grupos? Depois aperfeiçoado ao longo do século XIX para assegurar o monopólio da propriedade industrial, comercial e bancária às novas classes enriquecidas para as quais o Estado estava fornecendo “braços” de baixo custo, retirando a terra de comunas de aldeias e esmagando os agricultores com impostos – quais vantagens o Estado poderia fornecer para abolir estes mesmos privilégios? Poderia sua máquina governamental, desenvolvida para a criação e manutenção destes privilégios, ser agora utilizada para aboli-los? A nova função não demandaria novos órgãos? E estes novos órgãos não teriam que

---

107 JOHNSON, 1996, p. 197-200.

108 KROPOTKIN, Peter. *Modern Science and Anarchy*. Edinburgh: AKPress, 2018, 227.

109 A diferença entre a análise anarquista da evolução do Estado e a análise metafísica do marxismo é discutida nesta seção H 3.7 de *An Anarchist FAQ*.

ser criados pelos próprios trabalhadores, em seus sindicatos, suas federações – completamente fora do Estado?<sup>110</sup>

Então, nas palavras de Gluckstein (2006, p. 184), “a realidade não era simples”. Infelizmente, isso se aplica mais a suas distorções da “interpretação anarquista” do que a análise que ele não pôde apresentar, muito menos discutir. Simplificando, a afirmação da “crença anarquista de que em 1871 a Comuna já havia abolido o Estado” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 206) não pode se sustentar olhando o que os anarquistas realmente escreveram sobre a Comuna e como uma de suas falhas foi precisamente que ela não havia abolido o Estado dentro da própria Paris – como o próprio Gluckstein indica de passagem.

Talvez essa óbvia relutância em abordar a verdadeira posição anarquista ajude, em parte, a explicar por que Gluckstein reproduz uma contradição marxista muito comum sobre o anarquismo. Assim, encontramos-lo afirmando que o “discípulo de Proudhon, Mikhail Bakunin, fez da abolição do Estado o seu princípio central” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 74), embora também seja um caso do Estado sendo “ignorado” “ao estilo anarquista” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 50). Desnecessário dizer que você não pode “ignorar” o Estado se sua meta for sua “abolição”. Além disso, deve-se ressaltar que o “princípio central” de Bakunin não era simplesmente a abolição do Estado, mas, como Wayne Thorpe corretamente resumiu, “a destruição simultânea do Estado e do sistema capitalista, acompanhada pela organização de baixo para cima de um sistema federalista de administração com base nas associações econômicas do trabalho”.<sup>111</sup>

Portanto, ao contrário do que afirma a tradição marxista, não é o caso que a “originalidade da Comuna residisse em sua determinação em fundar um novo tipo de Estado” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 63). Em vez disso, sua forma descentralizada e federal mostrou como substituir o Estado por uma nova forma de organização social, que, ao invés de projetada para excluir, é baseada na participação das massas. Uma das limitações da Comuna, como Bakunin e Kropotkin enfatizaram, era que ela combinava aspectos desse novo organismo social com aspectos do Estado e, como consequência, dificultava a revolução social.

---

110 KROPOTKIN, 2018, p. 164.

111 THORPE, Wayne. *The Workers Themselves: Revolutionary Syndicalism and International Labour, 1913-1923*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1989, p. 6.



## CENTRALIZAÇÃO E FEDERALISMO

Para a maioria dos marxistas, qualquer forma de cooperação ou coordenação é “centralização” ou “centralismo” e, correspondentemente, descentralização implica isolamento e atomização de forças. O sistema anarquista de federalismo simplesmente não se encaixa nesta dicotomia rígida. Isso pode ser visto quando Lenin proclamou o objetivo claramente federalista da Comuna como um exemplo “de centralismo voluntário, da fusão voluntária das comunas proletárias”. Ele parecia não perceber que “abolir a autoridade central” não significa “destruir a unidade nacional”, pois o federalismo postula a necessidade de coordenar a atividade conjunta.<sup>112</sup> Em suma, os marxistas, como todos os “adversários do federalismo, benevolmente assumem como certo que a centralização ostenta todas as vantagens que eles negam à federação”.<sup>113</sup>

Gluckstein não decepciona e confunde descentralização com isolamento, centralização com coordenação. Ele aponta para a discussão dentro da Comuna sobre se “se deve enfatizar a direção centralizada ou a iniciativa local, liberdade ou autoridade” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 159) e afirma que “mesmo os principais anarquistas, que se opuseram à centralização por princípio”, reconheceram a necessidade de coordenar a resistência ao governo central e suas forças. Ele contrasta a desconfiança dos *communards* de uma liderança central com o “comando unificado de Versalhes” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 165) e aponta que o debate sobre o Comitê de Segurança Pública era, em seu cerne, “se, dadas as condições de guerra civil, o poder poderia ser descentralizado imediatamente” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 52). Ele, é claro, fica ao lado dos blanquistas, na medida em que a guerra civil mostrou que “os trabalhadores não podiam prescindir de uma autoridade concentrada própria. Lenin, lembrando-se de Marx, chamou essa autoridade de Estado Operário”. (GLUCKSTEIN, 2006, p. 206).

No entanto, nenhum anarquista argumentou contra a ideia de coordenação da luta; em vez disso, os anarquistas têm defendido consistentemente o federalismo como um meio de fazê-lo. Portanto, a comuna “deve quebrar o Estado e substituí-lo pela Federação”.<sup>114</sup> Como argumentou Proudhon, um órgão federal “tem apenas uma parte bastante restrita da administração pública, aquela relativa aos serviços federais”, “subordinada e confiada a uma Assembleia formada por delegados” que “exercem sobre

---

112 LENIN, Vladimir. Collected Works 25: p. 435.

113 PROUDHON, 2011, p. 755.

114 KROPOTKIN, 1992, p. 83.

os atos da assembleia federal fiscalização ainda mais zelosa e severa”. Assim, comunas e locais de trabalho “confederados para garantir conjuntamente sua integridade territorial ou para a proteção das suas liberdades” e do “ponto de vista econômico, podem federar-se para uma proteção mútua de comércio e indústria... para a construção e manutenção de vias de comunicação, estradas, canais, ferrovias, para a organização de crédito e seguro etc. ”.<sup>115</sup>

Em suma, os anarquistas defendem a federação precisamente para coordenar atividades conjuntas e para fornecer serviços que são mais bem organizados ou só podem ser organizados por muitos grupos trabalhando juntos. Nós rejeitamos a centralização porque ela não faz essa coordenação e, além disso, capacita e beneficia poucos às custas de muitos, já que “não há limites no Estado além daqueles que ele se impõe voluntariamente”.<sup>116</sup>

Houve tentativas de centralizar o poder na Comuna, mais notavelmente do próprio Conselho Comunal, que viu a “concentração [do] poder em cada vez menos mãos no curso da Comuna, centralizando a autoridade em vez de ampliá-la”<sup>117</sup>, seguido pela inspiração blanquista / jacobina do Comitê de Segurança Pública. Isso, como observa Gluckstein, foi uma “proposta para [uma] liderança forte [que] refletia a frustração generalizada com os arranjos existentes” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 158). No debate para formar o Comitê, “a maioria enfatizou a necessidade de tomada de decisão centralizada em detrimento da democracia de base”, mas ele teve que admitir que este “não teve melhor desempenho do que o Conselho Comunal” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 160). Se a centralização for considerada como garantia automática dos meios para o sucesso de uma revolução, esta falha deveria levar a uma pausa para reflexão, mas não o faz, e assim a Comuna mostra que “a disciplina sob um comando centralizado foi absolutamente vital para formar a força de combate dos trabalhadores de Paris. Este não era um extra opcional” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 141).

O preconceito marxista de que a centralização é sempre mais eficiente e efetiva não deixará meras evidências ficarem em seu caminho. Gluckstein observa como o conflito sobre quem deve organizar a resistência viu as forças *communards* “recebendo ordens de não menos que sete fontes diferentes” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 144), enquanto “nenhum dos delegados de guerra jamais foi capaz de colocar a artilharia da

---

115 PROUDHON, 2011, p. 707, 711.

116 PROUDHON, 2011, p. 769.

117 JOHNSON, 1996, p. 185-6.

Comuna sob um comando, ou mesmo descobrir o exato contingente disponível.” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 144). Essa “competição pelo controle” entre o Comitê Central da Guarda Nacional e o Conselho da Comuna resultou em um “impasse” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 145). Como observado acima, ele apresenta evidências suficientes para mostrar que este não era um caso isolado, que os problemas com a burocracia existiam dentro de uma única cidade. (GLUCKSTEIN, 2006, p. 47-51).

Não é de se surpreender, então, que quando os assuntos de uma nação inteira foram centralizados em 1917, a burocracia e a ineficiência aumentaram de maneira correspondente. Como Emma Goldman experienciou, “o funcionalismo recém-formado era tão difícil de lidar quanto a velha burocracia”, administrada por “funcionários burocráticos [que] pareciam ter um prazer especial em revogar as ordens uns dos outros” e:

[...] quão paralisante era o efeito da burocracia que atrasava e frequentemente frustrava os esforços mais sérios e enérgicos... Os materiais eram muito escassos e era muito difícil obtê-los devido aos métodos incrivelmente centralizados dos bolcheviques. Para conseguir meio quilo de pregos, seria necessário fazer petições em cerca de dez ou quinze seções; para garantir alguma roupa de cama ou pratos comuns, perdia-se dias.<sup>118</sup>

As mesmas questões que Gluckstein lamenta na Comuna também surgiram dentro do regime bolchevique centralizado que ele apoia, mais ampliadamente. De fato, “na prática, a hiper centralização se transformou em lutas internas e disputas pelo controle entre as burocracias concorrentes” e, da mesma forma:

[...] o exemplo não atípico de uma pequena fábrica de leite condensado com menos de 15 trabalhadores que se tornou objeto de uma competição prolongada entre seis organizações incluindo o Conselho Supremo de Economia Nacional, o Conselho dos Comissários do Povo da Região Norte, o Conselho Vologda dos Comissários do Povo e o Comissariado de Alimentos de Petrogrado.<sup>119</sup>

A centralização bolchevique era ineficiente por outras razões, pois “parece evidente que muitos trabalhadores... passaram a acreditar... que a confusão e a anarquia [sic] no topo eram as principais causas de suas dificuldades, e com alguma justificativa.

---

118 GOLDMAN, 1970, p. 45, 46, 40. Ver também a seção H. 6.2. de An Anarchist FAQ para mais discussões.

119 FARBER, Samuel. Before Stalinism: The Rise and Fall of Soviet Democracy. Oxford: Polity Press, 1990, p. 73.

O fato é que a administração bolchevique era caótica... Dezenas de autoridades bolcheviques e soviéticas competitivas e conflitantes emitiam ordens contraditórias, muitas vezes trazidas para fábricas por chekistas armados. O Conselho Econômico Supremo... emitiu dezenas de ordens e aprovou inúmeras diretivas sem praticamente nenhum conhecimento real dos negócios”.<sup>120</sup> O novo regime centralizado era “não só burocraticamente pesado, mas [envolia] enormes problemas de influência” e com seus “vários escritórios... e estrutura de comissariado literalmente inundada com ‘delegações’ urgentes e submersos em papelada”<sup>121</sup>, sem surpresa, o número de burocratas explodiu – junto com seu poder e privilégios.

Isso não significa que a coordenação seja impossível, simplesmente que ela precisa ser organizada por aqueles afetados, por suas próprias organizações – por meios federais, em outras palavras. Isso significaria, como argumentou Bakunin, uma federação de barricadas e milícias, em vez de esperar que os órgãos centrais tentassem organizar a defesa, por exemplo. Da mesma forma, para outros aspectos da vida social – sejam sociais, econômicos ou políticos.

Assim como a Comuna demonstra que a necessidade de centralização do poder não é tão bem-sucedida como supõem os leninistas, também mostra que os órgãos representativos podem facilmente dar-se mais poder às custas das organizações populares. Isso pode ser visto no Comitê de Segurança Pública na Comuna, com uma minoria de membros do conselho (essencialmente aqueles ativos na Internacional) argumentando que “a Comuna de Paris cedeu sua autoridade a uma ditadura” e estava “se escondendo atrás de uma ditadura que o eleitorado não nos autorizou a aceitar ou reconhecer”.<sup>122</sup> Portanto, este exemplo mostra que é difícil para as massas controlar aqueles a quem dão poder, mesmo nos confins de uma cidade. Gluckstein observa que a Comuna poderia ser “vista como o órgão da solidariedade dando controle coletivo por meio de um Estado Operário” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 184). No entanto, “controle coletivo” é precisamente o que o Estado foi projetado para excluir: “Atacar o poder central, despojá-lo de suas prerrogativas, descentralizar, dissolver a autoridade, seria relegar ao povo o controle de seus negócios, correr o risco de uma revolução

---

120 ROSENBERG, William G. *Russian Labour and Bolshevik Power. The Workers Revolution in Russia: the view from below*. D. Kaiser (ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 116.

121 ROSENBERG, William G. *The Social Background to Tsektan: Party, State, and Society in the Russian Civil War*. Diane P. Koenker, William G. Rosenberg and Ronald Grigor Suny (eds.). Indiana: Indiana University Press, 1989, p. 357.

122 SCHULKIND (eds), 1972, p. 187.

verdadeiramente popular. Por isso a burguesia buscou reforçar ainda mais o governo central”.<sup>123</sup>

Ironicamente, depois de citar um *communard* sobre a necessidade do federalismo, Gluckstein observa que isso “permitiria que a população se envolvesse diretamente em estruturas de poder acessíveis” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 52) De fato, é por isso que as classes minoritárias o rejeitam, como ele mesmo admite, quando observa que a vitória da burguesia francesa na Grande Revolução Francesa significou que “o envolvimento popular das massas e as estruturas democráticas do período anterior não eram mais essenciais” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 58).

Sem surpresa, nosso marxista repete o mito de que os girondinos “desaprovavam o poder estatal centralizado” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 57) quando, na realidade, desejavam “estabelecer um governo forte e reduzir o povo à submissão” e assim “em vez de federalizar, tudo o que os girondinos fizeram mostrou que eles eram tão centralizadores e autoritários quanto os [jacobinos], talvez mais ainda”.<sup>124</sup> Isso foi compreendido por muitos *communards* e um é citado por Gluckstein – sem notar que isso ecoava Proudhon – sobre como o objetivo da Comuna era “quebrar o sistema exterior de centralização e, assim, destruir a única arma que as classes privilegiadas possuem” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 52). Infelizmente, ele não pondera o porquê.

A questão é: pode a organização social centralizada, que é o Estado, ser usada por muitos em vez de poucos? Para os marxistas, a resposta é sim. Para os anarquistas, a resposta é não, pois a centralização não é uma forma neutra de organização, e se os oprimidos a utilizam, então eles simplesmente darão poder a alguns novos poucos para governá-los. A questão, como disse Kropotkin, é “como é possível que os socialistas da segunda metade do século XIX tenham adotado o ideal do Estado jacobino quando esse ideal foi concebido do ponto de vista da burguesia, em oposição direta às tendências igualitárias e comunistas do povo que se levantou durante a Revolução?”<sup>125</sup>

Gluckstein mostra essa confusão quando afirma que “a democracia direta era a base do movimento comunal e havia criado um Estado operário embrionário, sem o qual a derrota do capitalismo e a criação de uma nova sociedade não poderia ter sido tentada” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 148-149). No entanto, seu próprio relato mostra que a criação do “Estado operário embrionário” minou a democracia direta que é necessária

---

123 KROPOTKIN, 1992, p. 143.

124 KROPOTKIN, Peter. The Great French Revolution. Montreal/New York: Black Rose Books, 1989, p. 349, 366.

125 KROPOTKIN, 2018, p. 366.

para garantir que o capitalismo não seja substituído pelo capitalismo de Estado e que uma sociedade genuinamente nova seja criada em vez de substituir os patrões. Igualmente, suas simpatias são direcionadas para os blanquistas e sua busca por mais centralização, embora ele mesmo registre seus fracassos.

Isso mostra como a Comuna de Paris trouxe à tona as contradições dos ataques marxistas ao anarquismo. Assim, lemos Engels atacando anarquistas por manter certa posição, mas elogiando a revolução de 1871 quando ela implementou exatamente as mesmas ideias. Por exemplo, em sua diatribe imprecisa, *Os Bakuninistas em Ação*, Engels fez questão de distorcer as ideias federalistas do anarquismo, rejeitando “o chamado princípio da anarquia, a federação livre de grupos independentes”, pois Bakunin “já no início de setembro de 1870 (em suas Cartas a um Francês)... havia declarado que a única maneira de expulsar os prussianos da França por uma luta revolucionária era acabar com todas as formas de liderança centralizada e deixar cada cidade, cada aldeia, cada vilarejo fazer a guerra por conta própria”. Para Engels, o federalismo anarquista “consistia precisamente no fato de que cada cidade agia por conta própria, declarando que o importante não era a cooperação com outras cidades, mas a separação delas, o que excluía qualquer possibilidade de um ataque combinado”. Isso significava “a fragmentação e o isolamento das forças revolucionárias que permitiram às tropas do governo esmagar uma revolta após a outra”. De acordo com Engels, os anarquistas “proclamaram [este] um princípio de sabedoria revolucionária suprema”<sup>126</sup>.

Compare isso com o elogio de Engels à Comuna de Paris que, como ele efusivamente apontou, refutou a noção blanquista de uma revolução deflagrada por uma vanguarda que criaria “a centralização mais rígida e ditatorial de todo o poder nas mãos do novo governo revolucionário”. Em vez disso, a Comuna “apelou [às províncias] para formar uma federação livre de todas as Comunas francesas... uma organização nacional que pela primeira vez foi realmente criada pela própria nação. Foi precisamente o poder opressor do antigo governo centralizado... que se dissipou em todos os lugares, assim como havia caído em Paris”.<sup>127</sup>

Claramente, a “federação livre” de comunas é ruim quando os anarquistas a defendem, mas excelente quando os trabalhadores em revolta o fazem. Qual era o caso, Engels não conseguiu explicar ou nem tentou comparar este elogio à “federação livre”

---

126 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Marx-Engels Collected Works 23: p. 592.

127 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Marx-Engels Selected Writings, p. 256-257.

aos seus comentários de que apenas aqueles que "não têm ideia do que é a revolução ou são revolucionários apenas na palavra" falam de “autoridade e centralização como duas coisas que merecem condenação, sejam quais forem as circunstâncias”?<sup>128</sup>

Há um elemento de verdade em tudo isto, na medida em que Bakunin rejeitou a “liderança centralizada” como não adequada à tarefa, mas é uma falsificação afirmar que ele negou a necessidade de coordenação das lutas e as organizações federais de baixo para cima. Como ele colocou, a revolução deve “estimular a auto-organização das massas em corpos autônomos, federados de baixo para cima”. Em vez de negar a necessidade de coordenação, Bakunin a salientou: “os camponeses, como os operários industriais, devem se unir, federando os batalhões de combate, distrito por distrito, assegurando uma defesa comum coordenada contra inimigos internos e externos”.<sup>129</sup> Nesse ponto, ele repetiu seus argumentos anteriores a respeito da revolução social – argumentos os quais Engels estava bem ciente e, portanto, deturpou deliberadamente as ideias de Bakunin por meio de um ataque ao federalismo quando, na Espanha, o federalismo não foi implementado.

Da mesma forma, Engels rapidamente esqueceu o elogio de Marx à Comuna implementando mandatos vinculativos, atacando o uso e apoio anarquista a eles, no ano seguinte. Para ele, tratava-se de parte dos planos nefastos de Bakunin para controlar a Internacional: “para uma sociedade secreta... não há nada mais conveniente do que o mandato imperativo”, já que todos os seus membros votam de uma forma, enquanto os outros irão “se contradizer” (ele não explicou como os membros da “sociedade secreta” poderiam todos votar de uma forma a menos que... delegados para fazê-lo pelos grupos que os elegeram). Sem esses mandatos vinculativos, “o bom senso dos delegados independentes os unirá rapidamente em um partido comum contra o partido da sociedade secreta”. Obviamente, a noção de que os delegados de um grupo deveriam refletir os desejos desse grupo foi perdida por Engels, pois era a utilidade deste sistema, já que “se todos os eleitores dessem aos seus delegados mandatos imperativos em relação a todos os pontos da agenda, reuniões e debates dos delegados seria supérfluo”.<sup>130</sup> Diante disso, parece irônico ler Gluckstein lamentando sobre como os políticos no Estado capitalista “não podem ser mandatados ou depostos e, assim, uma

---

128 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, 1971, p. 292.

129 BAKUNIN, 1980, p. 206, 190.

130 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Marx-Engels Collected Works 22: p. 281, 277. Deve-se notar que Trotsky compartilhava com Engels a aversão a mandatos vinculativos que obrigassem os “representantes” a realmente representar os pontos de vista de seus eleitores dentro do partido, em vez de suas próprias opiniões. TROTSKY, Leon. In Defense of Marxism. NewYork: Pathfinder, 1995, p. 80-81.

vez eleitos, são livres para agir como quiserem até a próxima votação” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 22). É por isso que os anarquistas têm apoiado o mandato vinculativo desde 1848, para garantir – para citar um *communard* – que qualquer pessoa eleita permaneça um servo em vez de senhor dos eleitores: “Estamos aqui como representantes do povo e devemos obedecer aos seus desejos”. (GLUCKSTEIN, 2006, p. 46)

Em última análise, esta é a principal falha ideológica do marxismo. Embora afirme se basear na participação de massas, democracia direta e assim por diante (“socialismo desde baixo”), ele defende uma forma de organização social, centralização, que é projetada para excluí-la<sup>131</sup> e garantir a derrota da revolução por dentro, se não for derrotada por fora.

### **DESDE BAIXO OU DE CIMA?**

Isso mostra as limitações do marxismo e suas confusões sobre o Estado. Para Gluckstein, a Comuna, “uma mudança inextricavelmente ligada a partir de baixo e do Estado” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 50) e “a democracia direta parisiense tornaram as massas parte do Estado e o Estado parte das massas” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 204). Ele sugere que Marx sintetizou o proudhonismo e o blanquismo (GLUCKSTEIN, 2006, p. 83), que sua contribuição foi “sintetizar os insights deles” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 206).

Ainda assim, durante a Revolução Russa de 1905, Lenin zombou dos mencheviques por quererem apenas “pressão desde baixo”, que era “pressão dos cidadãos sobre o governo revolucionário”. Em vez disso, ele defendeu “pressão... desde cima e desde baixo”, onde “pressão desde cima” era “pressão do governo revolucionário sobre os cidadãos”. Lenin invocou a autoridade de Engels, observando que contra os anarquistas, como um “verdadeiro jacobino da social-democracia”, ele “reconhecia a importância da ação desde cima” e viu a necessidade da “utilização do poder governamental revolucionário”. Lenin resumiu sua posição (que considerou alinhada com o marxismo ortodoxo): “A limitação, em princípio, da ação revolucionária à pressão desde baixo e a renúncia à pressionar também desde cima é anarquismo”.<sup>132</sup>

---

131 O estado é o exemplo mais óbvio disso, mas é igualmente aplicável dentro dos partidos leninistas, onde o poder é explicitamente confiado a alguns líderes no topo da hierarquia do partido.

132 LENIN, Vladimir. Collected Works 8: p. 474-475, 478, 480, 481. Esta parece ter sido uma posição bolchevique comum na época, com Stalin enfatizando no mesmo ano que “ação apenas desde baixo” era “um princípio anarquista, que, de fato, contradiz fundamentalmente as táticas social-democratas”. STALIN, Joseph. Collected Works 1: p. 149.



Considerando que Lenin rejeitou a ideia de “somente desde baixo” como um princípio anarquista (que de fato é), precisamos ter em mente que os clamores leninistas por “democracia desde baixo” são sempre colocados no contexto de um governo leninista, pois Lenin sempre enfatizou que os bolcheviques “assumiriam total poder do Estado”, que eles “podem e devem tomar o poder do Estado em suas próprias mãos”.<sup>133</sup> A “democracia desde baixo” leninista sempre significa governo representativo, não poder popular ou autogestão, mas um governo “revolucionário” exercendo o poder “desde cima” sobre todas as classes que alegou representar. Como Lenin resumiu à sua polícia política, a Cheka, em 1920: “Sem coerção revolucionária dirigida contra os inimigos declarados dos operários e camponeses, é impossível quebrar a resistência desses exploradores. Por outro lado, a coerção revolucionária está fadada a ser empregada sobre os elementos vacilantes e instáveis entre as próprias massas”.<sup>134</sup> Ou como Trotsky disse quase 20 anos depois:

As mesmas massas são, em momentos diferentes, inspiradas por modos e objetivos diferentes. É somente por isso que é indispensável uma organização centralizada da vanguarda. Só um partido, com a autoridade que conquistou, é capaz de superar a vacilação das próprias massas... se a ditadura do proletariado significa alguma coisa, então significa que a vanguarda do proletariado está armada com os recursos do Estado para repelir os perigos, inclusive os que emanam das camadas mais atrasadas do próprio proletariado.<sup>135</sup>

Se Gluckstein pensa que a Comuna mostra que o então chamado Estado operário “não estava lá para oprimi-los ou explorá-los” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 25), então o bolchevismo – tanto na teoria quanto na prática – prova que este não é o caso. O partido de vanguarda se arma com o poder do Estado para colocar “pressão” sobre, ou forçar, qualquer um que seja considerado “vacilante e instável” ou, para usar a palavra de Trotsky, “atrasado”, que é, por definição, qualquer um que discorde do partido de vanguarda.

Compare a posição de Lenin e Trotsky com aquela expressa na Comuna de que a Guarda Nacional “dá à cidade uma milícia nacional que defende os cidadãos contra o

---

133 LENIN, Vladimir. Collected Works 26: p. 90, 19.

134 LENIN, Collected Works 42: p. 170.

135 TROTSKY, Leon. The Moralists and Sycophants: Their Morals and Ours. New York: Pathfinder, 1973, p. 59. Compare isso com sua afirmação de 1906 de que “a ditadura do proletariado de forma alguma significa a ditadura da organização revolucionária sobre o proletariado”. TROTSKY, Leon. Thirty-five Years After: 1871-1906. In: Leon Trotsky on the Paris Commune. New York: Pathfinder Press, 1970, p. 24.

poder, ao invés de um exército que defende o Estado dos cidadãos” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 51). Bakunin, no entanto, não teria ficado surpreso, pois, com base na análise anarquista do Estado como “governo minoritário, de cima para baixo, de uma vasta quantidade de homens”, ele previu corretamente que mesmo o então chamado Estado operário “não pode estar seguro de sua autopreservação sem uma força armada para se defender contra seus próprios inimigos internos, contra o descontentamento de seu povo”.<sup>136</sup>

É precisamente por isso que os anarquistas rejeitam o socialismo “desde cima” em favor de um criado “desde baixo”. No Estado, são sempre os líderes no topo que detêm o poder, não as massas. Nenhum anarquista revolucionário nega a necessidade de autodisciplina e a necessidade de coordenar a luta e a defesa revolucionárias: é considerado um truísmo que havia a necessidade de federar as forças revolucionárias para derrotar a reação. O que também reconhecemos é que dar poder a alguns líderes é um erro fatal, que eles implementarão o que consideram “socialismo” e substituirão as ações criativas desde baixo, tão necessárias ao sucesso de uma revolução e à construção do socialismo. Por exemplo:

Em três ocasiões, nos primeiros meses do poder soviético, os líderes de comitês [de fábrica] buscaram trazer seu modelo [de socialismo baseado na autogestão da economia pelos trabalhadores]. Em cada tentativa, a liderança do partido anulou-os. A alternativa bolchevique era investir ambos os poderes, gerenciais e de controle, em órgãos do Estado que estavam subordinados às autoridades centrais e formados por eles.<sup>137</sup>

Isso estava de acordo com as noções bolcheviques anteriores a outubro sobre a construção do “socialismo”, pois, não esqueçamos, “o serviço postal [é] um exemplo do sistema econômico socialista” e “o imperialismo está gradualmente transformando todos os trustes em organizações de um mesmo tipo... Uma vez que derrubarmos os capitalistas... teremos um mecanismo esplendidamente equipado”. Portanto, o “objetivo imediato” era “organizar toda a economia no formato do serviço postal” e “com base no que o capitalismo já criou”. Assim, todos são “transformados em funcionários contratados do Estado”.<sup>138</sup> Isso simplesmente garantiu que a revolução se desenvolvesse

---

136 BAKUNIN, Michael, 1973, p. 265.

137 REMINGTON, Thomas F. Building Socialism in Bolshevik Russia: Ideology and Industrial Organisation 1917-1921. London: University of Pittsburgh Press, 1984, p. 38.

138 LENIN, Vladimir. Collected Works 25: p. 431, 478.

no estilo capitalista de Estado – tanto no sentido que Lenin desejava quanto no sentido que os anarquistas advertiam que seria o resultado inevitável do socialismo de Estado. O regime bolchevique mostra que “desde baixo” e “desde cima” não podem ser combinados. O último sempre vai enfraquecer o primeiro simplesmente porque foi para isso que foi projetado.

### **“NADA PODERIA SER MAIS ESTRANHO...”**

O principal problema com o trabalho de Gluckstein é que ele tenta apresentar o leninismo (que ele considera como “marxismo”) como o campeão da Comuna. Na realidade, não é esse o caso, e ele demonstra isso quando cita e parafraseia com aprovação o ensaio *Lições da Comuna de Paris*, de 1921, de Trotsky – embora ele repita suas conclusões mais cuidadosamente do que seu autor fizera. Desnecessário dizer que ele é tão seletivo na utilização desta obra quanto com as obras anarquistas.

Para Trotsky, a Comuna não foi problemática, porque “encontraremos nela uma única lição: a liderança de um partido forte é necessária”. É isso. Quanto aos *communards* em si, “o que lhes faltou foi clareza de método e uma organização com liderança centralizada. Foi por isso que foram vencidos”.<sup>139</sup> Assim, a Comuna foi um clássico exemplo do que não fazer, mais do que uma fonte de esperança por uma sociedade melhor.

E o objetivo de participação de massas e democracia direta da Comuna? Bobagem, a Comuna “nos mostrou a incapacidade das massas escolherem seu caminho, sua indecisão na liderança do movimento, sua inclinação fatal de parar após o primeiro sucesso, permitindo assim que o inimigo recupere o fôlego e reestabeleça sua posição”. O partido, não a classe, é visto como a chave “na medida em que é a experiência acumulada e organizada do proletariado” e “antevê teoricamente os caminhos de desenvolvimento, todos os seus estágios”. Com a “ajuda do partido” o proletariado “se livra da necessidade de sempre recomeçar sua história: suas hesitações, sua falta de decisão, seus erros”. Ou, mais diretamente, o proletariado se livra da necessidade de governar a si mesmo e a sociedade: isso pode ser deixado para “nosso partido” que “tomou o poder” na Rússia.<sup>140</sup> A crescente democracia que Gluckstein saúda é vista puramente como um meio de assegurar o poder do partido; uma vez que o poder estatal é tomado, a classe trabalhadora pode voltar para seu tradicional papel de seguir ordens.

---

139 TROTSKY, 1970, p. 61.

140 TROTSKY, 1970, p. 52, 53, 58.

Na realidade, é claro, somente a liderança do partido detém poder efetivo como reconhece Trotsky. Ele observa que um membro do Comitê Central exigiu em outubro de 1917 “a proclamação da ditadura do Comitê Central do partido”, indicando que isso era simplesmente a “antecipação da lógica do desenvolvimento da luta”. Trotsky era contra isso somente porque o momento não era certo, pois isso “teria provocado grande desordem na época”.<sup>141</sup> Gluckstein (2006, p. 52), em concordância, cita *communards* argumentando em favor da “França comunal em forma federal” e que o “triunfo da ideia comunal é... a revolução social”. Para Trotsky, tais aspirações eram simplesmente erradas. A noção de que “cada cidade tem seu direito sagrado de autogoverno” era “tagarelice idealista – do mesmo gênero que o anarquismo mundano”. Na realidade, “mais que qualquer outro” o proletariado francês foi “enganado” pela burguesia, porque a “fórmula autonomista” não é “nada mais que um obstáculo ao proletariado, impedindo seu movimento progressivo”. A oposição ao centralismo era “uma herança do localismo e autonomismo pequeno burguês” e “é sem dúvida o ponto fraco de certo setor do proletariado francês”. Autonomia “é a suprema garantia da atividade real e da independência individual para certos revolucionários”, mas na realidade era “um grande erro, profundamente custoso ao proletariado francês”. Então, “a tendência ao particularismo, qualquer que seja a forma que possa assumir, é uma herança de um passado morto. Quanto mais cedo o comunismo francês – comunismo socialista e comunismo sindicalista – se emancipar disso, melhor será para a revolução proletária”. “Passividade e indecisão”, afirma Trotsky, “era apoiada nesse caso pelo princípio sagrado de federação e autonomia... Em suma, isto não era nada além de uma tentativa de substituir a revolução proletária, que estava se desenvolvendo, por uma reforma pequeno burguesa: autonomia regional”.<sup>142</sup> O mesmo vale para a Comuna, por ter “plantado as sementes de um novo mundo social” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 53).

Para Marx, em 1871, os *communards* eram “tempestade no céu”<sup>143</sup>, para Trotsky eles eram nada além de pequenos burgueses tresloucados, autonomistas-federalistas-anarquistas. Ainda assim, para ser justo com Trotsky, ele podia pelo menos citar Marx para justificar sua rejeição aos *communards* e sua visão sobre uma França federal. Não esqueçamos, porque Gluckstein não nos recordará, que Marx argumentou vigorosamente em 1850, durante a Revolução Alemã, que:

---

141 TROTSKY, 1970, p. 58.

142 TROTSKY, 1970, p. 55, 61, 55-56.

143 MARX, 1971, p. 284.

[...] os trabalhadores devem não só lutar por uma república alemã una e indivisível, mas também... pela mais decisiva centralização de poder nas mãos da autoridade do Estado. Eles não devem se deixar levar para longe por conversas democráticas vazias sobre liberdade das municipalidades, auto-governo etc.

[...] A atividade revolucionária... só pode ser desenvolvida com total eficiência de um ponto central... Assim como na França em 1783, esta é a tarefa do partido genuinamente revolucionário na Alemanha, levar a cabo a mais estrita centralização”.<sup>144</sup>

Significativamente, em 1872, Engels reiterou de forma privada esta visão, sugerindo que “foi a vontade de centralização e autoridade que custou à Comuna de Paris sua vida”.<sup>145</sup> Desnecessário dizer, foram desses escritos e outros como este dos quais os bolcheviques tiraram inspiração e, com isso, Trotsky, em 1921, pelo menos teve o mérito da honestidade.

E qual das organizações populares Gluckstein saúda tão efusivamente? Para Trotsky, o papel delas era simples: oferecer uma ligação pela qual o partido pudesse implementar suas decisões. Assim, “era indispensável ter uma organização encarnando a experiência política do proletariado” e por meio dos “Conselhos de Deputados... o partido poderia, em contínuo contato com as massas, saber seu estado mental; seu núcleo duro poderia, a cada dia, implementar uma palavra de ordem que, por meio dos militantes do partido se introduziria nas massas, unificando seu pensamento e sua vontade”.<sup>146</sup> O foco está no topo, e as decisões fluem para baixo – assim como em qualquer sistema de classes – ainda assim Gluckstein (2006 p. 47) saúda a “atitude anti-hierárquica dos insurgentes” de 1871.

Trotsky também desacreditou a democracia de massas na Guarda Nacional, argumentando que “antes que a grande massa de soldados adquirisse a experiência de boa escolha e seleção de comandantes, a revolução seria derrotada pelo inimigo”. Isso significa que os “métodos de democracia sem formato (elegibilidade simples) devem ser suplementados e em certo grau substituídos por medidas de seleção pelo alto. A revolução deve criar um órgão composto por organizadores experientes e confiáveis<sup>147</sup>,

---

144 MARX, 1978a, p. 509-510.

145 ENGELS, 1971, p. 292.

146 TROTSKY, 1970, p. 54-55.

147 “Quem são essas pessoas anônimas e misteriosas? Quem deve depositar “confiança absoluta” no órgão revolucionário e nos organizadores revolucionários? As massas? O partido agindo pelos interesses das massas? Os líderes dos partidos agindo pelos interesses do partido como um todo? A ambiguidade de Trotsky nesse aspecto é totalmente acidental?” Cf. BRINTON, Maurice; GUILLAUME, Philippe. The

no qual se pode ter absoluta confiança, dando-o plenos poderes para decidir, designar e educar o comando”.<sup>148</sup> Trotsky está sendo dissimulado aqui, uma vez que ele estava plenamente ciente que os bolcheviques não “suplementaram” a democracia interna nas forças armadas, mas, na realidade, a substituíram completamente com indicações pelo alto porque foi ele quem a aboliu – antes que a guerra civil começasse – em março de 1918: “o princípio da eleição é politicamente despropositado e tecnicamente inconveniente, e foi, na prática, abolido por decreto”.<sup>149</sup> Gluckstein (2006 p. 141) reproduz isso, sugerindo que “no período inicial da Comuna, a democracia direta teria selecionado líderes mais efetivos em seu meio, mas ela não sobreviveu tempo suficiente para que isso ocorresse”. Ainda assim, ele afirma também que a “democracia interna da Guarda Nacional garantiu que a força coercitiva pertencia à massa popular, em vez de ser usada contra ela” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 52). Trotsky afirmou que tal “democracia interna” pode ser substituída por indicação pelo alto sem, aparentemente, afetar a natureza da “força coercitiva”. Gluckstein parece concordar – a democracia militar que ele saúda e a qual busca associar sua ideologia não foi aplicada no novo Estado bolchevique e era vista muito claramente como não essencial: com as pessoas certas no poder, aparentemente a democracia pode ser adiada para o futuro distante. Ainda assim, o próprio Exército Vermelho demonstrou a necessidade de “democracia interna” – porque na prática ele “pertencia” aos líderes do partido, não à “massa popular” e era regularmente “usado contra ela” para manter o domínio bolchevique por meio da repressão à greves e outros protestos.<sup>150</sup> Isso ocorre de forma tácita é claro, mas encontramos espaço para fazer referência à Trotsky acerca da necessidade de uma “disciplina comunista” não baseada no “cassetete” (GLUCKSTEIN, p. 141) quando, na realidade, o Exército Vermelho era baseado nele, com seus oficiais indicados possuindo inúmeras técnicas para forçar a obediência, inclusive com pelotões de fuzilamento.

Se a democracia pode ser suprimida das forças armadas, esse argumento não seria igualmente aplicável às organizações de massas criadas pela revolução? Os ataques de Trotsky contra o Comitê Central da Guarda Nacional por organizar eleições

---

Commune, Paris 1871. In: For Workers’ Power: The Selected Writings of Maurice Brinton. David Goodway(ed.). AK Press, 2004, p. 60.

148 TROTSKY, 1970, p. 60.

149 TROTSKY, Leon. How the Revolution Armed: The Military Writings and Speeches of Leon Trotsky, vol. 1 London: New Park Publications, 1979, p. 47.

150 Para uma abordagem dos protestos de trabalhadores e sua repressão pelo então chamado Estado Proletário sob Lenin e Trotsky, ver a seção H.6.3 de *An Anarchist FAQ*.

“para transmitir seu poder aos representantes da Comuna” como sendo “um grande erro naquele período brincar com eleições”<sup>151</sup>, juntamente com sua reiterada defesa da ditadura do partido sugerem isso. Por exemplo:

A Oposição Operária apareceu com palavras de ordem perigosas, fetichizando princípios democráticos! Eles apontam o direito dos trabalhadores elegerem representantes acima do Partido, como se o partido não estivesse encarregado de reivindicar sua ditadura mesmo se essa ditadura temporariamente colidisse com os humores passageiros da democracia operária. É necessário criar entre nós a consciência do direito de nascença revolucionário do partido, que é obrigado a manter sua ditadura, independentemente de eventuais flutuações mesmo dentro da classe trabalhadora. Essa consciência é, para nós, elemento indispensável. A ditadura não baseia a si mesma a cada momento dado sobre o princípio formal de uma democracia operária.<sup>152</sup>

Para o leninismo, eleições eram meios para alcançar a finalidade do poder do partido, sem valor em si mesmas. “Elegibilidade, o método democrático”, Trotsky enfatiza, “é só um dos instrumentos nas mãos do proletariado e seu partido” e não deve ser considerado como “um fetiche, um remédio para todos os males. Os métodos de elegibilidade devem ser combinados com aqueles de indicações”. A chave, portanto, era “que no comando, para além de alas, de distritos, de grupos há um aparato centralizado e unido por uma disciplina de ferro”.<sup>153</sup> É por meio de eleições, mandatos e revogação que as massas expressam sua “flutuação” e por isso, em última análise, para Trotsky, em 1921, a participação de massas era vista como opcional porque ela “reflete... o ponto fraco das massas... ela manifesta o espírito de indecisão, de esperar, a tendência de inatividade depois do primeiro sucesso”.<sup>154</sup> De que maneira poderia ser surpreendente, pois, que os bolcheviques tenham concluído que a ditadura do proletariado só poderia ser alcançada pela ditadura do partido, isto é, a ditadura sobre o proletariado que Bakunin havia alertado? Como Trotsky reconheceu em 1921:

Nós fomos, mais de uma vez, acusados de termos substituído a ditadura dos soviets pela ditadura do nosso partido. Ainda assim pode-se dizer com completa justiça que a ditadura dos soviets só se tornou possível por meio da ditadura do partido... Nesta “substituição”

---

151 TROTSKY, 1970, p. 60-61.

152 Citado por FARBER, 1990, p. 209. Deve-se enfatizar que a Oposição Operária não se opôs, de fato, à ditadura do partido. Seu apoio a “princípios democráticos” era limitado aos corpos econômicos, sujeitos à tutela, manipulação e veto do partido. Cf. AVRICH, Paul. Kronstadt 1921. WW. Norton & Co., 1970, p. 182-83.

153 TROTSKY, 1970, p. 61, 56.

154 TROTSKY, 1970, p. 54.

do poder da classe trabalhadora pelo poder do partido não há nada de acidental e, na realidade, não há substituição alguma. Os comunistas expressam os interesses fundamentais da classe trabalhadora.<sup>155</sup>

Daí a flagrante contradição entre a realidade do então chamado Estado Proletário e a afirmação de Gluckstein (2006, p. 22) de que o Estado “construído de baixo precisa ser fundamentado em democracia direta com representantes responsáveis”. Depois há a questão da gestão de um homem só, imposta por Lenin na primavera de 1918, que também se coloca em contraste gritante com a saudação de Gluckstein (2006, p. 31) aos experimentos de controle operário em Paris. Para Trotsky, em 1920, era o erro mais absurdo confundir a questão da supremacia do proletariado com a questão dos conselhos operários no comando das fábricas. A ditadura do proletariado é expressa na abolição da propriedade privada dos meios de produção... e de forma alguma em como cada um dos empreendimentos econômicos é administrado”.<sup>156</sup> É impossível compatibilizar isso com a exaltação de Gluckstein (2006, p. 207) de que “as soluções” que a Comuna “começou a rascunhar” sobre o controle operário eram “fora de série”, e que elas “plantaram as sementes de um novo mundo social” com suas ideias sobre “controle operário da produção” (GLUCKSTEIN 2006, p. 53). Mas depois ele falha em notar como o bolchevismo simplesmente criou Capitalismo de Estado na Rússia, em vez disso, ele a favoreceu relatando sua retórica ao invés da realidade de seu regime.<sup>157</sup>

Então, se, como Gluckstein (2006, p. 206) aponta, “os proudhonianos perceberam que o envolvimento da massa popular era essencial para a criação de uma nova sociedade”, os leninistas rapidamente perceberam que o envolvimento da massa popular era um opcional, algo que poderia ser abolido contanto que o partido tivesse o poder – particularmente se essa participação de massas colidisse com os interesses do partido. Com essas opiniões e a realidade do bolchevismo no poder, parece inacreditável que Gluckstein possa afirmar que o leninismo “defende a democracia direta e as características libertadoras tão abundantes na Comuna de Paris”.

De forma similar, comparar o apontamento de Marx favorável ao Conselho da Comuna como sendo “um órgão operário e não parlamentar, executivo e legislativo ao

---

155 TROTSKY, Leon. *Terrorism and Communism: A reply to Karl Kautsky* (University of Michigan Press, 1961), p. 109.

156 TROTSKY, 1970, p. 162.

157 A melhor abordagem sobre a destruição da autogestão operária por parte dos bolcheviques durante a Revolução Russa e suas raízes ideológicas continua sendo: BRINTON, Maurice. *The Bolsheviks and Workers' Control, 1917-1921: The State and Counter-Revolution*. In: *For Workers' Power: The Selected Writings of Maurice Brinton*. David Goodway (ed.). AK Press, 2004, p. 293-378.



mesmo tempo”<sup>158</sup> com o comentário de Gluckstein (2006, p. 151) de que isto “criou um verdadeiro dilema para a Comuna” devido à necessidade de defender a revolução, o que exigia sigilo que sobrepujava o escrutínio público. Ele sugere que a solução era “confiar... naqueles responsáveis pelas medidas militares e de segurança”, o que parece ingênuo e em grande desacordo com seus comentários alhures; embora, é claro, ele também conclua que a Comuna “estava certa” ao “silenciar sabotadores em seu meio” por meio da censura à imprensa (GLUCKSTEIN, 2006, p. 152). Da mesma forma, ele falha em notar que o primeiro ato do regime bolchevique foi criar um corpo executivo acima do congresso nacional dos soviets, e que, algumas semanas depois, esse executivo simplesmente decretou o poder legislativo para si mesmo. Isto era o exato oposto da Comuna e em contradição direta com o *Estado e Revolução* de Lenin.<sup>159</sup> Se, como Marx afirmou, “nada poderia ser mais estranho ao espírito da Comuna do que substituir o sufrágio universal pela investidura hierárquica”<sup>160</sup>, então o leninismo não poderia ser considerado como nada além de estrangeiro a esse espírito.

### **SENTINDO FALTA DO PARTIDO?**

É claro que se objetará que não importa que os bolcheviques tenham implementado o oposto daquilo que Gluckstein saudou sobre a Comuna. Afinal, enquanto a Comuna foi afogada em sangue, a Revolução Russa repeliu com sucesso as forças Brancas e Imperialistas. Isso autorizou Trotsky a pontificar a fraqueza da Comuna, enquanto, digamos, Varlin foi assassinado pela contrarrevolução depois de se render.

Perde-se de vista – para qualquer socialista genuíno – que a vitória militar obscurece o fato de que a própria revolução foi perdida dentro dos seis meses da tomada de poder pelos bolcheviques. A contrarrevolução foi vitoriosa, mas foi coberta com bandeiras vermelhas e invocou o nome da Comuna.<sup>161</sup> Gluckstein corrobora o mito bolchevique e, dessa forma, este fato insólito não é abordado de nenhuma maneira significativa. Em vez disso, é enfatizada a abordagem leninista padrão sobre a Comuna,

---

158 MARX, 1971, p. 71.

159 FARBER, 1990, p. 20-21, 38.

160 MARX, 1971, p. 73.

161 Um dos navios de batalha cujos marinheiros iniciaram a Rebelião de Kronstadt pela democracia soviética, o Sebastopol, foi renomeado como Comuna de Paris quando a cidade foi tomada pelo Exército Vermelho. GETZLER, Israel. Kronstadt 1917-1921: The Fate of a Soviet Democracy. Cambridge University Press, 1983, p. 244.

a saber, que lhe faltou um partido de vanguarda: “O problema foi falta de clareza ideológica e a ausência de uma boa liderança” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 149).

Ao mesmo tempo que alguns anarquistas negariam a importância da clareza teórica e de dar um direcionamento, eles rejeitam a noção de que tal influência deveria ser organizada da maneira leninista, simplesmente porque tais partidos subestimam a própria revolução social que eles proclamam produzir.<sup>162</sup> Isso pode ser visto por meio da própria Comuna. Gluckstein (2006, p. 196) admite que Marx recomenda aos franceses não revoltarem-se depois da derrota do Império, para “não permitir serem enganados pelas recordações nacionais de 1792”. Ele sugere que isso era Marx não sendo um “sicofanta estúpido [da Comuna]. Ele [Marx] temia, por exemplo, que o movimento parisiense fosse mesmerizado pela Grande Revolução”. Ignorando o estranho fato de ele ter dito isto antes do levante, Gluckstein (2006, p. 104) cita uma conclamação de um *communard* para o povo “formar a Comuna e salvar a República, como havia sido feito em 1793” e falha em discutir as implicações disto: que isto era precisamente o oposto dos desejos de Marx, que o chamado de Marx era claramente alguém conclamando os trabalhadores franceses a não criar uma comuna revolucionária – isso significa não fazer o que eles fizeram em 18 de março de 1871. Em vez disso, ele os conclamou a “exercer seus deveres como cidadãos... Deixe-os calma e resolutamente melhorar as oportunidades da liberdade republicana”.<sup>163</sup> Enquanto Gluckstein (2006, p. 196) cita parte desta passagem para mostrar que Marx não era o sábio “infalível” do mito stalinista, ele falha em notar que esta clareza significava organizar um partido político, votar na próxima eleição e exercer a “ação política” – que também era sua posição logo após a queda da Comuna, na qual “o caminho para demonstrar poder político se encontra aberto à classe trabalhadora” como na Grã Bretanha, então uma “insurreição seria loucura onde a agitação pacífica poderia fazer o trabalho mais rápida e resolutamente”.<sup>164</sup>

Isto levanta um problema quanto ao apoio do leninismo ao “centralismo democrático”. Marx se opôs a toda tentativa de revolução em nome da Internacional, então se os *communards* tivessem aceito o centralismo democrático e seguido esses comentários então a Comuna de Paris jamais teria acontecido.<sup>165</sup> O que isso diz sobre a

---

<sup>162</sup> Ver seção H.5 de *An Anarchist FAQ*.

<sup>163</sup> MARX, 1971, p. 47.

<sup>164</sup> MARX, Karl. Marx-Engels Collected Works 22: p. 602.

<sup>165</sup> Mais provável, assim como a revolução de fevereiro de 1917 na Rússia, teria acontecido de qualquer forma diante da oposição do partido.

“eficiência” da organização centralizada é algo inexplorado, ainda assim espera-se que consideremos seriamente o elogio de Marx (e de Trotsky) ao papel do partido.

De forma semelhante, não foi “o Partido” (isto é, Marx e Engels) que descobriu a “forma política” que marxistas tem defendido ‘da boca pra fora’ desde então, mas sim as próprias massas. Indubitavelmente eles foram auxiliados, mas não comandados pelos revolucionários de seu meio – revolucionários cujas ideias foram descartadas como besteiras pelos socialistas alemães – mas não foram organizados de uma forma leninista. Em suma, se o partido de vanguarda é tão importante, então “como nós podemos explicar que a Comuna, com sua liderança pequeno burguesa, foi capaz de introduzir no mundo moderno as mais avançadas concepções de democracia proletária?”.<sup>166</sup> Isso não muda o fato, não mais que os bolcheviques se opondo a greves e protestos que suplantaram o Czar, de que a Revolução Russa foi bem sucedida enquanto a Comuna, assim como a Espanha em 1936, foi derrotada; então, como Trotsky enfatiza continuamente, o papel do partido deve ter sido fator decisivo. Ainda assim, o fato central é que o regime bolchevique muito dificilmente era socialista e, conseqüentemente, não pode ser considerado um “sucesso” – porque, concretamente, o “sucesso” de uma revolução socialista não é medido se ela cria as bases iniciais para o socialismo? Lenin e Trotsky no comando de uma ditadura do partido presidindo uma economia capitalista de Estado não é uma revolução bem-sucedida, é o prelúdio do Stalinismo.

Como era de se esperar, Gluckstein (2006, p. 201) apresenta a narrativa leninista padrão da degeneração da Revolução Bolchevique. Assim, o “sistema democrático dos soviets eventualmente foi exaurido pela guerra civil e destruído pela contrarrevolução interna” em 1928, ignorando o insólito fato de que os bolcheviques tinham efetivamente transformado os soviets em corpos irrelevantes por meio da centralização do poder de Estado nas mãos dos ministros bolcheviques de cima a baixo e depois infiltrando e falsificando (ou abolindo) qualquer um que ameaçasse eleger uma maioria não bolchevique antes do início da guerra civil, em Maio de 1918.<sup>167</sup>

De forma um pouco contraditória, Gluckstein (2006, p. 202) afirma que “os soviets superaram sua fraqueza inicial e venceram a guerra civil”, o que é besteira, na medida em que a rebelião de Kronstadt em 1921 foi massacrada precisamente porque reivindicou a genuína democracia soviética. E o que era essa “fraqueza inicial” e como

---

166 BRINTON; GUILLAUME, 2004, p. 53.

167 Para mais detalhes ver seção H.6.1 de *An Anarchist FAQ*.

ela foi “superada”? Ele afirma que “Trotsky acreditava que a presença do partido bolchevique dentro dos soviets era crucial para seu sucesso”, mais precisamente “o partido ajudou a superar o ‘ponto fraco’ de uma democracia de massas inexperiente e tornou operativo o ‘ponto forte’ – a habilidade de representar e mobilizar vastos números para a ação e liderá-los à vitória”. Se por “superar” Gluckstein quiser dizer “abolir” então ele estará mais perto da verdade. As confusões ideológicas estão claras, portanto. A principal questão da democracia direta não é “representar” as massas e permitir que alguns líderes do partido as “mobilize”, mas permitir que as massas governem e atuem por si mesmas e, por esse processo, revolucionem a si mesmas assim como a sociedade. Este é o “ponto forte” da democracia de massas. Na Revolução Russa, “o partido” eliminou a “inexperiente democracia direta de massas” e a substituiu pelo governo do partido.

Esta era uma lição chave formulada pelos dirigentes bolcheviques a partir da Revolução Russa e, retroativamente, da Comuna. Trotsky argumentou bem explicitamente que “o proletariado pode tomar o poder somente através de sua vanguarda” e que “a necessidade do poder de Estado emerge de um grau cultural insuficiente das massas e sua heterogeneidade”. Somente com o “apoio da classe à vanguarda” pode haver a “conquista do poder”, e era “neste sentido que a revolução e a ditadura do proletariado são o trabalho de toda a classe, mas somente sob a direção da vanguarda”. Em vez da classe trabalhadora com um todo tomar o poder, é a “vanguarda” que toma o poder – “um partido revolucionário, mesmo depois de tomar o poder... ainda não é de forma alguma o líder soberano da sociedade”.<sup>168</sup>

Assim, o poder de Estado é exigido para governar as massas que não podem exercer o poder por si mesmas: “Aqueles que propõe a abstração dos soviets à ditadura do partido deveriam entender que somente graças à direção bolchevique os soviets foram capazes de se erguer para fora da lama do reformismo e atingir a forma estatal do proletariado”.<sup>169</sup> O inevitável efeito colateral era que isso recolocava as pessoas em seu costumeiro papel de serem governadas, oprimidas e exploradas. Em outras palavras, isso recriou o próprio sistema de classes que a Comuna havia buscado eliminar, e precisamente porque os *communards* implementaram o mandato imperativo, com destituição e federalismo – sendo que Engels zombou de dois desses princípios, quando

---

168 GLUCKSTEIN, 2006, p. 202.

169 TROTSKY, Leon. Writings 1936-37. New York: Pathfinder Press, 2002, p. 490, 488, 495.

anarquistas os reivindicaram e o terceiro, a destituição, fatalmente foi enfraquecida pelo seu preconceito pró-centralização.

A substituição do poder da classe trabalhadora pelo poder do partido decorre logicamente tanto da natureza do Estado quanto do vanguardismo no coração do leninismo. O Estado, por sua própria natureza, empodera aqueles em seu centro e assim, automaticamente, substitui o poder popular pelo poder nas mãos de alguns líderes partidários. E se o partido é o fator decisivo em uma revolução “bem sucedida”, então qualquer coisa que enfraqueça seu controle sobre o poder não faz nada além de ameaçar a revolução, inclusive a democracia operária, pois, como Trotsky colocou, a “ditadura revolucionária de um partido proletário é... uma necessidade objetiva” e o “partido revolucionário (vanguarda) que renuncia sua própria ditadura rende as massas à contrarrevolução”.<sup>170</sup> Isto reflete suas opiniões em 1921, citadas acima, quando estava no ápice do seu poder.

Compare isso com a argumentação de Engels de que a Comuna demonstrou que o proletariado, “a fim de não perder novamente sua recém conquistada supremacia”, deveria, “para salvaguardar a si mesma contra seus próprios representantes e funcionários, declarar a todos eles, sem exceção, sujeitos a destituição a qualquer momento”.<sup>171</sup> Não há muito espaço para democracia direta de massas, destituição imediata e mandatos de delegados com Trotsky, cujo regime, por definição, necessitava de um exército separado do povo e um Estado no sentido habitual da palavra como um poder existindo separadamente da população em geral e acima dela.

Ironicamente, Gluckstein (2006, p. 46) afirma que os políticos de hoje “podem fazer demagogia com a democracia, mas eles buscam anestesiar o povo com suas palavras”. Considerando as críticas de Trotsky à Comuna, repetidas mais diplomaticamente por Gluckstein, nós poderíamos dizer o mesmo sobre o leninismo. Contudo, a avaliação de Lenin em 1905 de que a Comuna havia “confundido as tarefas de lutar por uma república por aquela de lutar pelo socialismo” e, portanto, “era um governo tal como o nosso não deveria ser”<sup>172</sup>, parece mais do que aplicável quando

---

170 TROTSKY, 2002, p. 513-514.

171 ENGELS, 1971, p. 32. O que levanta uma questão óbvia, se o Estado é meramente um instrumento do governo da classe então o que há de “salvaguarda” contrária? Se existe a possibilidade do Estado, na forma de seus “representantes e funcionários”, abusar do seu poder então, claramente, não é meramente isso – ele tem interesse próprio. Dar ainda mais poder a este órgão entregando assuntos econômicos da sociedade ao lado dos assuntos políticos pode, pois, não ter sido o plano mais inteligente, como o regime bolchevique provou.

172 LENIN, Vladimir. Collected Works 9: p. 81.

comparadas à Comuna de Paris e à revolução bolchevique e às lições que Lenin e Trotsky extraíram de ambas.

## DESTRUINDO A “MÁQUINA DO ESTADO”

Marx e Engels vinham defendendo uma república democrática desde 1840. Engels, por exemplo, argumentou em 1847 que a revolução deveria “estabelecer uma constituição democrática e, dessa forma, direta ou indiretamente, a preponderância do proletariado”; a premissa era que “o proletariado já é a maioria do povo”.<sup>173</sup> Quase cinquenta anos mais tarde, ele constatou que o Manifesto Comunista “já havia proclamado a vitória do sufrágio universal e da democracia como uma das primeiras e mais importantes tarefas do proletariado militante”.<sup>174</sup> Entre essas datas, tanto Marx quanto Engels haviam conclamado à classe trabalhadora a criar uma república em que esta alcançaria, eventualmente, a predominância política – isto é, um governo da classe trabalhadora. Por exemplo, em 1881, Engels argumentou que, na Grã-Bretanha:

[...] onde a classe trabalhadora industrial e agrícola forma a imensa maioria do povo, a democracia significa a predominância da classe trabalhadora, nem mais nem menos. Deixe que depois a classe trabalhadora se prepare para a tarefa reservada para isso – o governo deste grande Império... e a melhor maneira de fazer isso é usar o poder já em mãos, a maioria real que possuem... para enviar ao parlamento homens de seu próprio segmento. [Ele lamentava pelas] lutas operárias em toda parte pelo poder político, por representação direta de sua classe na legislatura, em toda parte exceto na Grã-Bretanha”.<sup>175</sup>

Ainda assim, para a maioria dos marxistas, o marxismo defende a destruição do atual Estado e sua substituição por um então chamado novo Estado “Proletário”, como discutido no *Estado e a Revolução*, de Lenin. A fonte da reinterpretação de Marx repousa em sua defesa da Comuna de Paris e na conclusão de que “uma coisa foi especialmente comprovada pela Comuna”: que a “classe trabalhadora não pode simplesmente se apossar da máquina estatal automaticamente e manejá-la para seus propósitos”.<sup>176</sup> Gluckstein, como trotskista, repete a interpretação de Lenin.

---

173 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, Marx-Engels Collected Works 6: p. 350.

174 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. The Socialist Revolution. Moscow: Progress Publishers, 1978b, p. 50, 313.

175 LENIN, Vladimir. Collected Works 24: p. 405.

176 Do prefácio de 1872 à edição alemã do Manifesto Comunista, que por sua vez cita A Guerra Civil em França de Marx (MARX; ENGELS, 1978b, p. 193).

Entretanto, uma leitura atenta do ensaio de Marx sobre a Comuna demonstra que a análise de Lenin é problemática. Marx relata como a Comuna foi “formada por conselhos municipais, escolhidos por sufrágio universal em vários bairros da cidade, responsáveis e revogáveis em termos estritos”. Centralmente, tratava-se de “amputar os órgãos meramente repressivos do antigo poder governamental”.<sup>177</sup> Então a afirmação de Lenin de que o marxismo defende a destruição do antigo Estado e sua substituição por um novo baseado nos conselhos operários não pode ser amparada pela Comuna de Paris porque ela não foi esse tipo de revolução. Em vez disso, foi um conselho municipal eleito que fez uma série de reformas que aboliram aspectos do antigo Estado enquanto manteve sua estrutura (complementada pela democracia direta em associações populares).

Considerando isso, havia uma razão para a corrente dominante do marxismo (a social-democracia) adotar a perspectiva que a revolução envolve “ação política” na qual o partido deve tomar o poder, reformar o Estado e introduzir o “socialismo”; em outras palavras, repetir a Comuna em um nível nacional. Esta era a posição de Marx e Engels, como o último confirmou em uma carta de 1884, quando perguntado para esclarecer o que o primeiro havia dito em 1871:

É simplesmente questão de demonstrar que o proletariado vitorioso deve primeiro remodelar o antigo e burocrático poder administrativo centralizado do Estado antes de poder usá-lo para seus propósitos: considere-se que todos os republicanos burgueses criticaram esta máquina enquanto estiveram na oposição, mas, tão logo passaram ao governo, tomaram-na sem alterá-la e a usaram parcialmente contra a reação, mas ainda mais contra o proletariado.<sup>178</sup>

Engels estava reproduzindo um dos rascunhos de Marx para *A Guerra Civil em França*:

Mas o proletariado não pode, assim como as classes dominantes e suas diferentes facções rivais fizeram nas sucessivas horas de seu triunfo, simplesmente se apossar do corpo estatal existente e manejá-lo para seus próprios propósitos. A primeira condição para a manutenção do poder político é transformar sua máquina operacional e destruí-la como um instrumento de dominação de classe.<sup>179</sup>

---

177 MARX, 1971, p. 71, 73.

178 ENGELS, Friedrich. Marx-Engels Collected Works 47: p. 74.

179 MARX, 1971, p. 202.

Então a Comuna não esmagou o Estado existente e o substituiu por um novo. Em vez disso, os trabalhadores tomaram o poder político via eleições e usaram seu recém conquistado poder político para “remodelar” e “transformar” o Estado existente esmagando sua burocracia ou “máquina operacional”. Depois, sem surpresa alguma, encontramos Trotsky repetindo a posição marxista ortodoxa em 1906:

O socialismo internacional considera que a república é a única forma possível da emancipação socialista – com essa condição, que o proletariado a arranque das mãos da burguesia e a transforme de “uma máquina para a opressão de uma classe pela outra” em uma arma para a emancipação socialista da humanidade.<sup>180</sup>

Isto é reconhecido por Gluckstein, mas não é explorado, quando ele menciona que a Comuna era baseada em processos eleitorais burgueses. Ele aponta que a revolução usou as “eleições sob o antigo sistema de votação para escolher um conselho comunal” e enquanto “a democracia direta revolucionária foi construída dentro de um formato institucional” na Guarda Nacional, na eleição “legal” para o Conselho da Comuna tal democracia direta ainda poderia ser expressa, mas não estava profundamente vinculada à estrutura” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 133). Dessa forma, “o conselho emergiu a partir de um sistema eleitoral convencional, onde não há relação orgânica entre eleitor e representante” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 134).

Esta perspectiva da revolução pode ser vista quando Engels argumentou, em 1886, que enquanto ele e Marx viram “a gradual dissolução e conclusivo desaparecimento dessa organização política chamada Estado” como “um dos resultados finais da revolução futura”, eles “ao mesmo tempo... sempre sustentaram isso... a classe proletária deveria primeiro tomar para si mesma a força política organizada do Estado e com sua ajuda erradicar a resistência da classe capitalista e reorganizar a sociedade”. A ideia de que o proletariado precisa “tomar” o Estado existente é posta claramente; ao passo que os anarquistas “reverteram a questão” argumentando que a revolução “deve começar abolindo a organização política do Estado”, para marxistas “a única organização que a classe trabalhadora encontra pronta para uso é a do Estado. Ele pode exigir adaptação às novas funções, mas destruí-lo em um momento como esse, seria destruir o único organismo por meio do qual a classe trabalhadora pode exercer

---

180 TROTSKY, 1970, p. 14.



seu recém conquistado poder”.<sup>181</sup> Ainda assim, a única instituição que a classe trabalhadora “encontra pronta para ser usada” é o Estado burguês, embora, como Engels enfatiza, ele “pode exigir adaptação”. Naturalmente, em 1894, tratava-se de a “república ser a forma política pronta para o governo futuro do proletariado” que, na França, “já está em movimento”.<sup>182</sup> De fato: “Se uma coisa é certa, é que nosso Partido e a classe trabalhadora só podem chegar ao poder sob a forma de uma república democrática. Esta é até mesmo a forma específica para a ditadura do proletariado, como a Grande Revolução Francesa já demonstrou”.<sup>183</sup> Naturalmente, quando Lenin veio a citar esta passagem em *Estado e Revolução* ele imediatamente tentou obscurecer seu significado. “Engels”, ele escreveu, “repetiu aqui, de forma particularmente explícita, a ideia fundamental que percorre toda a obra de Marx, a saber, que a república democrática é a forma que mais se aproxima da ditadura do proletariado”.<sup>184</sup> Engels, obviamente, não fez nada do tipo, mas pelo menos Lenin, diferentemente de Hal Draper<sup>185</sup>, não sugeriu que ele estivesse falando da Comuna de Paris quando ele somente menciona o período “de 1792 à 1799”, “a primeira República Francesa”, “o modelo americano” e como “o proletariado só pode usar a forma de uma única e indivisível república” com “auto-governo” significando “funcionários eleitos por sufrágio universal”.<sup>186</sup>

Depois, há a introdução de 1891 de Engels para *A Guerra Civil em França* de Marx. Argumentando que o Estado “não é nada além de uma máquina para a opressão de uma classe pela outra”, ele constata que é “no máximo um mal herdado pelo proletariado depois de sua luta vitoriosa pela supremacia de classe, cujos piores efeitos o proletariado, assim como a Comuna, não pode evitar tendo que extirpar de uma vez o máximo possível”.<sup>187</sup> Colocado de forma simples, se o proletariado criar um novo sistema social para substituir o sistema burguês, então como ele pode ser “um mal herdado” por ele? Isso explica por que, em pontos chave, Lenin teve que esclarecer o que Engels realmente quis dizer.<sup>188</sup>

---

181 ENGELS, 1978b, p. 262.

182 ENGELS, Frederick. Marx-Engels Collected Works 50: p. 276.

183 ENGELS, Frederick. Marx-Engels Collected Works 27: p. 227.

184 LENIN, Vladimir Collected Works 25: p. 450.

185 DRAPER, Hal. The dictatorship of the proletariat from Marx to Lenin. Monthly Review Press, 1987, p. 37.

186 ENGELS, Frederick. Marx-Engels Collected Works 27: p. 227-229.

187 ENGELS, 1971, p. 34.

188 O menchevique Julius Martov oportunamente discute essa questão em uma série de artigos que foram reunidos no livro *The State and the Socialist Revolution* (London: Carl Slienger, 1977). Essa leitura é essencial para ver como Lenin reinventou o marxismo para distanciá-lo dos erros da social-democracia,

## ACÇÃO POLÍTICA E SUAS ALTERNATIVAS

Existe um aspecto da Comuna que pode ser considerado marxista, a saber, a participação de socialistas nas eleições para o conselho municipal – desde 1840, Marx e Engels conclamavam os trabalhadores a apoiar (e, onde fosse necessário, lutar pela) criação de uma república burguesa e usar a “acção política” (nomeadamente concorrendo em eleições) dentro disso. Aqui, no entanto, há uma ambiguidade na posição de Gluckstein – assim como na de Marx. Ele aponta (e presumidamente concorda) que Trotsky (como Marx<sup>189</sup>) era “crítico à abdicação de poder [do Comitê Central da Guarda Nacional] logo após a revolução de 18 de março” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 201). Isto, ele afirma, “dispensou o próprio Comitê da responsabilidade governamental e cedeu poder ao Conselho da Comuna... Uma consequência dessa decisão foi reduzir a influência direta da classe trabalhadora no movimento comunal. Eleições federais [na Guarda Nacional] tiveram um carácter democrático único porque os batalhões se encontravam diariamente dando amplo escopo para os guardas de base escrutinarem as atividades dos delegados e manter os interesses da classe trabalhadora a frente”. (GLUCKSTEIN, 2006, p. 133)

Ainda assim, sem dúvida, as eleições comunais aumentaram a participação da classe trabalhadora na Comuna por meio da ampliação de sua base social (e assembleias populares diárias também poderiam ser organizadas como foram em 1792). Dar poder ao Comitê Central teria, por definição, destituído de direitos todas as pessoas fora da Guarda Nacional (tais como a maioria das mulheres, idosos, trabalhadores e assim por diante).<sup>190</sup>

O mesmo, é claro, pode ser dito sobre o argumento em favor de basear as instituições comunais dentro dos locais de trabalho. Gluckstein argumenta que em Paris isso era “impedido pelo minúsculo tamanho da maioria das unidades produtivas e pelo fato de que muitas delas estavam fechadas, de qualquer maneira”. O que sugere que um sistema de conselhos puramente baseado no local de trabalho teria, por definição,

---

justificar seu próprio desenvolvimento distante da corrente majoritária do marxismo e suas ações durante 1917. Para uma abordagem similar, mas de uma perspectiva mais ou menos marxista ortodoxa, ver: SARKER, Binay; BUICK, Adam. *Marxism-Leninism — Poles Apart*. Memari: Avenel Press, 2012.

189 “O Comitê Central entregou seu poder cedo demais para abrir caminho para a Comuna” (MARX, 1971, p. 284).

190 Gluckstein também compara a composição social do Comitê Central ao Conselho Comunal quando discute a redução da influência da classe trabalhadora. Se a base social daqueles que compõem um governo ajudasse a determinar sua influência, o que isso significaria para o governo de Lenin?

excluído não-operários (isto é, desempregados, aposentados, donas de casa e assim por diante).<sup>191</sup>

O papel chave desempenhado pelas associações no movimento é apontado por Gluckstein (2006, p. 48), mas ele aponta que em revoluções posteriores “locais de trabalho se tornaram centros de debate de massas”. Reproduzindo Trotsky, ele argumenta que “unidades de produção tão pequenas não podiam prover um foco coletivo para a classe trabalhadora. Ao contrário, isto veio da Guarda Nacional e das associações” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 70). Não que você vá apreender isto por esse livro, mas repetem-se aqui os argumentos de Bakunin que enquanto os marxistas buscavam a “organização do poder político da classe trabalhadora”, os anarquistas impulsionavam não a organização política, mas social do poder (e, por consequência, antipolítica) das massas trabalhadoras” e, dessa forma, a “futura organização social deve ser feita somente de baixo para cima, pelas livre associações ou federações de trabalhadores, primeiramente em seus sindicatos, depois em comunas, regiões, nações e finalmente em uma grande federação internacional e universal”.<sup>192</sup>

Parece uma forma estranha de raciocínio afirmar que o crescimento da base popular de uma revolução significa, na verdade, reduzir a influência da classe trabalhadora nela. Além disso, como Marx e Trotsky, Gluckstein (2006, p. 132) não discute a contradição entre afirmar que o Comitê Central deveria reter o poder com o pródigo elogio à Comuna como a “forma finalmente descoberta” para alcançar a emancipação do trabalho. Pode ser correto dizer que a Comuna “pagaria amargamente por não marchar sobre Versalhes e realizar eleições municipais em vez disso”, mas então porque elogiar os desdobramentos dessas eleições, particularmente quando você acha que isto “reduziu a influência direta da classe trabalhadora no movimento comunal”?

As reservas de Marx eram privadas; publicamente, ele proclamou que o Conselho Comunal “serviria como uma alavanca para extirpar as fundações econômicas sobre as quais repousava a existência das classes”.<sup>193</sup> Isso repete a visão exposta no Manifesto Comunista que argumenta que “o primeiro passo na revolução pela classe

---

191 Isso não é aplicável a Bakunin, que enfatiza a necessidade de organizar uma federação de organizações geográficas assim como federações baseadas em locais de trabalho. Assim, a importância da criação de “federações de barricadas” por trabalhadores “armados e organizados por ruas e bairros, eles formarão a federação revolucionária de todos os bairros, a comuna federativa” enquanto “os trabalhadores que integram associações realizam uma varredura limpa de todos os instrumentos de trabalho e todo tipo de capital e instalação”. (BAKUNIN, 1973, p. 170-171, 179).

192 BAKUNIN, 1973, p. 197, 206.

193 MARX, 1971, p. 75.

trabalhadora” é “elevar o proletariado à posição de classe dominante, para vencer a batalha da democracia”. O proletariado “usará sua supremacia política para tirar, gradativamente, todo o capital da burguesia, centralizar os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado enquanto classe dominante”.<sup>194</sup> Gluckstein (2006, p. 8) ignora isso – presumidamente porque os *communards* rejeitaram esta visão estatista do socialismo – e sustenta que “os insurgentes não tinham experiências prévias de um movimento anticapitalista bem-sucedido para se inspirar. Eles eram verdadeiros pioneiros e abriram um novo caminho para outros”.

Isto é verdade em certo sentido, na medida que o “novo caminho” era a social-democracia e a dominação do marxismo dentro da corrente principal do movimento socialista internacional (antes de ser substituído pelo reformismo que ele tinha gerado por esta mesma tática). Entretanto, a afirmação de Engels, em 1891, de que a Comuna “foi a cova especificamente do velho socialismo francês, ao passo que foi o berço do comunismo internacional, que é novo para a França” era exagerada.<sup>195</sup> Depois de sua morte, o declínio da social-democracia em oportunismo, burocracia e reformismo não poderia ser evitado (embora, para alguns, foi necessária a irrupção da guerra, em 1914, para ver isso completamente), e operários radicais cada vez mais buscaram por tradições federalistas na Primeira Internacional que eram mantidas vivas pelo movimento anarquista e transformada em sindicalismo de intenção revolucionária<sup>196</sup> e sindicalismo industrial. Somente com a Revolução Russa (com a ajuda do fascismo) o marxismo (em sua forma leninista) se tornou a tendência predominante na esquerda revolucionária. O caminho do federalismo desde baixo, na medida em que era sustentado e desenvolvido por anarquistas como Proudhon e Bakunin, perdeu terreno antes da social-democracia (em parte, devido a erros dos próprios anarquistas).<sup>197</sup> Neste “novo caminho” a Comuna foi relegada a uma inspiração por ter sido um “governo operário” democraticamente eleito, mas principalmente usado como aviso do que pode acontecer se uma revolta ocorrer antes do partido estar pronto para assegurar o poder nacionalmente. Em 1895, Engels estava saudando o sucesso legal da social-democracia nas eleições e invocou a Comuna somente como “único meio pelo qual a firme ascensão

---

194 MARX; ENGELS, 1978a, p. 490.

195 ENGELS, 1971, p. 294.

196 O termo sindicalismo de intenção revolucionária foi formulado para diferenciar, nas traduções em português, duas perspectivas sindicais descritas com termos distintos em inglês: as perspectivas revolucionárias do sindicalismo (*syndicalism*) em relação às reformistas (*unionism*). Cf. CORRÊA, Felipe. Bandeira Negra. Curitiba: Prismas, 2015, p. 90. (N.T.)

197 Tais como abdicar de participar do movimento operário e outras lutas por reformas em favor de uma posição revolucionária abstrata que significou, na prática, isolamento em relação à classe trabalhadora.

das forças de combate socialistas na Alemanha poderia ser temporariamente parada, e até retroceder por um tempo: um confronto com o exército, um derramamento de sangue como o de 1871 em Paris”. Agora era o caso de uma “utilização bem-sucedida do sufrágio universal”, que tinha sido agora (citando palavras de Marx) “transformado por eles de um meio de enganação... em um instrumento de emancipação”.<sup>198</sup> Ao passo que a insurreição não era totalmente dispensada, estava claro que o artigo final de Engels era uma defesa das táticas pacifistas da social-democracia; táticas que provocaram os debates do “revisionismo” após a sua morte (isto é, a tentativa pela ala à direita de alinhar a retórica do partido com a sua prática efetiva).

Para os anarquistas, a Comuna, de fato, apresentou uma questão. Afinal, um argumento chave do anarquismo é a abstenção da “ação política” como sendo irrelevante para criar o socialismo e abrindo a possibilidade do reformismo dentro do movimento operário. Como Kropotkin enfatizou:

Nós temos que organizar as forças dos trabalhadores – não transformá-los em um quarto partido no parlamento, mas com o objetivo de torná-los uma formidável MÁQUINA DE LUTA CONTRA O CAPITAL. Nós temos que agrupar os trabalhadores de todas as categorias sob este simples propósito: “Guerra à exploração capitalista!” E nós devemos executar essa guerra implacavelmente, dia a dia, pela greve, pela agitação, por todos os meios revolucionários... uma vez que os trabalhadores de todos os lugares tenham visto essa organização funcionando, trazendo os interesses dos trabalhadores para suas mãos, travando implacável guerra contra o capital... uma vez que trabalhadores de todas as categorias, do vilarejo e da cidade, estiverem unidos em um sindicato unificado... destruindo a tirania do capital e do Estado para sempre.<sup>199</sup>

Ainda assim, aqui, certamente há um exemplo de “ação política” que produziu uma revolução (mesmo uma tão limitada em seus atos iniciais quanto a Comuna!). Membros libertários da Internacional, tais como Varlin, concorreram de forma bem-sucedida nas eleições. Isso significa, como Marx e Engels argumentaram, que a posição geral dos anarquistas de abstenção em eleições está errada?

Claramente, as circunstâncias das eleições na Comuna eram atípicas, na medida em que foram conduzidas em uma situação revolucionária (diferentemente da estratégia social-democrata). Entretanto, considerando a natureza limitada de suas reformas e a falta de dinamismo do Conselho da Comuna, Kropotkin concluiu que qualquer dito

---

198 ENGELS, 1978b, p. 320, 314.

199 KROPOTKIN, 2014, p. 294-295.

“governo revolucionário” deveria ser evitado.<sup>200</sup> Enquanto apoiava a revolução inicial, a ação anarquista encorajaria depois a criação da auto-organização popular na comunidade e no local de trabalho, em vez de procurar focar a luta na eleição de alguns líderes para agirem em nome da classe trabalhadora. Em outras palavras: encorajar os trabalhadores a construir suas próprias organizações de classe para influenciar os eventos em direção aos objetivos socialistas diretamente, em vez de esperar que representantes agissem em seu nome por meio de instituições burguesas.

Em suma, em vez de “deixá-los serem içados ao poder, deixá-los se aferrarem ao lado de um governo” daqueles “que eram hostis contra a revolução econômica do povo”, os revolucionários devem “permanecer nas ruas, em seus próprios distritos, com o povo – como propagandistas e organizadores da igualdade de fato que todos eles desejam: se juntando ao povo, enquanto eles se voltam para seus alimentos, seus meios de vida e defesas da cidade... para seus interesses, e reconstruindo nas seções a vida da sociedade com eles”.<sup>201</sup> Isso significa ao lado da “completa independência da Comuna, da Federação de Comunas livres e da revolução social dentro da Comuna; isso quer dizer sindicatos para substituir, na produção, a organização estatista da sociedade que hoje existe”, assim como somente “grupos por categorias e por profissões juntamente com grupos de bairros” trariam “coordenação para a sociedade... e se tornariam instrumentos de libertação das massas, sem recorrer à submissão de todos à pirâmide hierárquica do Estado”.<sup>202</sup>

Então, em vez de buscar eleição, o curso de ação deveria ser permanecer entre o povo e fortalecer (ou criar) formas alternativas de organização social que poderiam (inicialmente) complementar e (por fim) substituir o conselho municipal eleito. Tais instituições existiram, em corpos como as associações e as Delegações dos Vinte *Arrondissements* (bairros). A Delegação, uma organização que reunia muitas associações e socialistas, argumentou que ela “deveria ser a Comuna revolucionária emergindo das associações e comitês de Paris, uma decisão reafirmada na socialista revolucionária Declaração de Princípios de 19 de fevereiro”.<sup>203</sup> Contudo, o desejo de ser mais inclusivo com republicanos moderados e apresentar uma frente comum contra seus inimigos assegurou que eleições ao conselho municipal fossem organizadas em vez

---

200 Ver “Governo Revolucionário” em *Palavras de um Revoltado* em que ele usa a Comuna como exemplo de um governo eleito. Significativamente, Gluckstein não faz referência a esse artigo.

201 KROPOTKIN, 2014, p. 554.

202 KROPOTKIN, 2018, p. 161, 350-351.

203 JOHNSON, 1996, p. 91.

assembleias populares. Ainda assim, houve apoio a uma solução tão radical. Como Gluckstein (2006, p. 46) aponta, muitos “insurgentes proeminentes encorajaram o envolvimento de massas na vida do novo governo e viram a si mesmos como delegados mandatários”. Entretanto, isto foi impedido pelos acordos institucionais burgueses herdados por eles. O único jeito de avançar seria ter criado uma federação de assembleias populares: nas palavras de um *communard*, “Povo, governe a si mesmo por meio de reuniões públicas” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 50).

Alguns *communards* viram isso, sendo que alguns apontaram ‘os Distritos, as assembleias primárias’ da Grande Revolução Francesa como meios de garantir a “permanente intervenção de cidadãos em assuntos comunais” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 47). Esta era a posição de Kropotkin, que mais tarde argumentou que esse “Autogoverno Direto” e praticado “por meio destas instituições [a Revolução] ganhou... imenso poder” e “permitiu que novas formas de vida fossem elaboradas e estabelecidas”. Estes “meios de administração popular... permaneceram populares, e isto foi o que produziu o poder revolucionário destas organizações”, expressando “os princípios do anarquismo” que “tiveram sua origem, não em especulações teóricas, mas nas ações da Grande Revolução Francesa”.<sup>204</sup> Igualmente, Proudhon, durante a Revolução de 1848 argumentou que a “organização de sociedades populares era o pivô da democracia, a pedra angular da ordem republicana” enquanto “assembleias, sociedades populares...em uma palavra, associações e reuniões de todos os tipos e variedades” eram “a organização do sufrágio universal em todas as suas formas, da própria estrutura da Democracia em si”.<sup>205</sup>

Infelizmente, parece ter havido pouco apoio popular para tão radical solução, imediatamente depois da insurreição de 18 de março. Kropotkin lamentou como em vez de “agir por sua própria iniciativa... o povo, confiante em seus governantes, delegou a eles o poder de tomar a iniciativa. Aqui estava a primeira consequência – e, de fato, o resultado fatal das eleições”.<sup>206</sup> Os agrupamentos alternativos, focaram-se mais em influenciar o Conselho (aumentando, assim, sua responsabilidade) do que em criar o socialismo diretamente. Isto demonstra a importância dos libertários estarem envolvidos nas lutas sociais e espalhar suas ideias entre as massas da população em geral durante tempos não-revolucionários. Como Bakunin apontou, os libertários “sentiram a falta do

---

204 KROPOTKIN, 1989, p. 183, 180, 181, 184.

205 PROUDHON, 2011, p. 407, 461.

206 KROPOTKIN, 1992, p. 168.

apoio das grandes massas do povo de Paris, e... a organização da Associação Internacional, em si mesma imperfeita, dificilmente empenhou algumas centenas de pessoas” assim como tiveram “que manter uma luta diária contra a maioria jacobina” do Conselho da Comuna.<sup>207</sup> Com uma influência mais profunda nas organizações populares o resultado poderia ter sido diferente – mas isso não muda o fato do Conselho Comunal ter começado a se tornar um impedimento para a revolução em vez de uma ajuda e a necessidade de futuras revoluções não repetirem o erro.

## CONCLUSÕES

A Comuna de Paris e suas lições são importantes para os revolucionários atuais, sejam socialistas estatistas ou anarquistas. Sua curta existência levantou todos os tipos de questões chave para aqueles buscando mudar o mundo: os socialistas deveriam participar de eleições? Como enfrentamos a reação? Um governo pode ser revolucionário?... Tristemente, o trabalho de Gluckstein não apresenta uma perspectiva acurada das lições aprendidas com a Comuna. Leninista demais, ele simplesmente não entende a crítica anarquista ou a posição libertária em geral. Como suas bobagens sobre Proudhon demonstram, muitos marxistas não se envergonham em expor sua ignorância acerca do anarquismo para o mundo. Ele está compelido demais a repetir as distorções marxistas padrão sobre as ideias anarquistas e, em consequência, não provê seus leitores com um meio óbvio de avaliação se Kropotkin ou Lenin estavam certos. Ironicamente, para aqueles que conhecem a crítica anarquista da Comuna, ele realmente demonstra – de passagem – que foi o primeiro que estava, de fato, correto e o regime posterior simplesmente reforçou esta análise.

Por fim, isto não é um socialismo científico, pois o objetivo está bem claro, a saber, converter radicais – “o movimento anticapitalista hoje” (GLUCKSTEIN, 2006, p. 76) – à sua própria ideologia. Isto marca quase todas as abordagens que os marxistas apresentaram sobre o anarquismo, com Proudhon, por exemplo, sendo associado ao maior antagonista da esquerda na ordem do dia – por Hal Draper, no período pós-guerra; por Gluckstein (2006, p. 72), durante o período dos protestos “antiglobalização”, “os precursores da economia neoliberal atualmente”. Que os capitalistas de livre mercado de seu tempo o combateram como homem de esquerda, e ele os tenha combatido de volta não há menção. Gluckstein (2006, p.28) também não explica por

---

207 BAKUNIN, 1973, p. 202.



que os *communards* que se “opuseram à ação estatal por princípio” tinham uma “posição [que, assim como Proudhon,] não era uma expressão do neoliberalismo ou das atitudes de laissez-faire, mas justamente o contrário”.

Gluckstein também falha ao avaliar criticamente suas próprias lideranças ideológicas, isto é, falha em discutir as óbvias contradições entre as abordagens marxistas e o que realmente aconteceu. Argumentos e conclusões inconvenientes são ignorados, apresentando uma falsa imagem do leninismo e de sua relação com a Comuna. Significativamente, ele não menciona a avaliação de Marx, em 1881, de que a Comuna era “meramente a emergência de uma cidade sob condições especiais, a maioria da Comuna não foi de forma alguma socialista, nem poderia ser”.<sup>208</sup> Dessa forma, é difícil não concordar com Bakunin:

Seus efeitos gerais foram tão impactantes que os próprios marxistas que viram suas ideias abaladas pelo levante, se viram compelidos a tirar o chapéu para ela. Eles foram além e proclamaram que seu programa e propósito eram os seus próprios em face da mais simples lógica e de seus próprios verdadeiros sentimentos. Esta foi uma verdadeira mudança de atitude farsesca, mas eles estavam comprometidos em fazê-la por medo de serem sobrepujados e deixados para trás na onda de emoções que o levante produziu através do mundo.<sup>209</sup>

Isto pode ser visto na repetida concordância de Gluckstein – embora frequentemente silenciada – com as posições blanquistas sobre eleições, centralização, terror e assim por diante; em suas citações seletivas de Trosky e no banimento de qualquer referência à ditadura do partido; em sua inadequada compreensão da Revolução Russa e de como a história da Comuna prefigurou sua evolução de uma revolta popular até o Estado popular e até a ditadura do partido.

Em termos de apresentar uma história geral da Comuna, ele é adequado. Mas, ironicamente, apresenta evidências suficientes para refutar as conclusões pré-determinadas que foram escritas para as reforçar. Em termos de aprender com suas lições e apresentar uma abordagem acurada sobre a crítica libertária, ele erra (por vezes, de forma desesperadora). Enquanto Gluckstein (2006, p. 206) sustenta que o “marxismo aprende com as lutas de massas mais do que dos sermões apregoados” ele parece não ter

---

208 MARX, 1971, p. 293.

209 BAKUNIN, 1973, p. 261.

disposição de aprender mais com a Comuna para além da necessidade urgente de um partido de vanguarda para tomar o poder.

O trabalho de Gluckstein demonstra que a crítica anarquista à Comuna e ao marxismo permanece válida. Anarquistas devem levar em consideração que as ideias que nós temos exposto desde a década de 1840 foram aplicadas com sucesso, ainda que de forma limitada, na Comuna assim como em revoluções posteriores. Nós devemos enfatizar ainda, mesmo que marxistas subsequentemente tenham adotado muitas delas (pelo menos teoricamente), que nós as defendemos primeiro. A Comuna demonstrou que esses princípios libertários não podem, entretanto, ser combinados com estatismo. Mantendo uma estrutura estatal, mesmo uma complementada por instituições populares, simplesmente não se pode lidar com os numerosos problemas diante de uma revolução, como o próprio Gluckstein teve que admitir mesmo que ele não possa se colocar para discutir essas ocasionais distorções da realidade: a noção marxista de ação política para assegurar o governo operário, mesmo nas circunstâncias incomuns da Paris pós insurreição, isola os revolucionários das massas e coloca barreiras no caminho da mudança social.

A Revolução Russa confirma isso; mesmo que tenha sido baseada (em teoria) nas organizações dos trabalhadores (soviets), ela manteve as características essenciais do Estado burguês (centralismo, de cima para baixo, unitarismo) que evoluíram precisamente para assegurar o domínio da minoria. Dessa forma, nós não devemos nos surpreender que isso tenha criado um novo sistema de classe baseado no partido, no Estado e na burocracia econômica que o centralismo inevitavelmente produz. Federações livres de grupos auto-organizados podem ser a única base para uma revolução bem-sucedida, na medida em que uma revolução cuja base é a autolibertação da classe trabalhadora precisa estar baseada em suas organizações de classe.

Alguns podem questionar a sabedoria de produzir uma crítica extensa de um livro problemático de um membro de um obscuro partido leninista. Entretanto, nós esperamos ter demonstrado que é importante fazê-lo a fim de aprender as lições do passado e de corrigir os erros e distorções daqueles que tentam se apropriar de revoltas que são, em seu cerne, libertárias por natureza. A distorcida abordagem leninista da Comuna, do anarquismo e do marxismo permaneceram sem desafio por tanto tempo que se tornou, para muitos revolucionários honestos, a única análise. Como podemos ver, isso não é verdade.

Então, sim, nós podemos concordar com Gluckstein (2006, p. 7-8) que a Comuna “merecia ser mais que um obscuro, talvez inspirador, ponto de referência”; mas ela também merecia mais do que ser usada como um ponto de referência para aqueles cuja prática e ideologia estão em tão direta contradição com ela. Afinal, é difícil não concluir que ele é como um fã de um assassino escrevendo uma biografia sobre a mãe de sua vítima.